

SÉRIE SEMINÁRIOS Nº 07/99

DIRETORIA DE ESTUDOS SOCIAIS

SEMINÁRIOS SOBRE ESTUDOS DO TRABALHO

**Distribuição Regional da Efetividade do Salário Mínimo no  
Brasil**

Marcelo Heri (IPEA)

Gustavo Gonzaga (PUC-RIO)

José Márcio Camargo (PUC-RIO)

**ipea**

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

**SÉRIE SEMINÁRIOS Nº 07/99**

**DIRETORIA DE ESTUDOS SOCIAIS**

**SEMINÁRIOS SOBRE ESTUDOS DO TRABALHO**

**Distribuição Regional da Efetividade do Salário Mínimo no  
Brasil**

**Marcelo Neri (IPEA)**

**Gustavo Gonzaga (PUC-RIO)**

**José Mácio Camargo (PUC-RIO)**

**Abril de 1999**

*Instituições Participantes:*

**Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA/DIPES)**

**Instituto de Economia Industrial (IEI-UFRJ)**

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-DEREM/DEISO/DEIND)**

**Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)**

**Universidade Federal Fluminense (UFF)**

**Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)**

**Universidade Santa Úrsula (USU)**

**Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE)**

**Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**

## **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA  
é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento  
e Orçamento da Presidência da República.

### **PRESIDENTE**

Roberto Borges Martins

### **DIRETORIA**

Eustáquio José Reis  
Gustavo Maia Gomes  
Hubimaier Cantuária Santiago  
Luis Fernando Tironi  
Murilo Lôbo  
Ricardo Paes Barros

A SÉRIE SEMINÁRIOS tem por objetivo divulgar trabalhos  
apresentados em seminários promovidos pelo IPEA. Os  
textos são reproduzidos a partir de originais do(s) autor(es),  
não sofrendo nenhuma revisão pelo Serviço Editorial.

Tiragem: 30 exemplares

### **IPEA/DIPES**

Av. Presidente Antonio Carlos, 51 - 14º andar  
CEP 20020-010 - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: (021) 212-1121

# **DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA EFETIVIDADE DO SALÁRIO MÍNIMO NO BRASIL<sup>1</sup>**

**Marcelo Neri  
IPEA**

**Gustavo Gonzaga  
PUC-Rio**

**José Márcio Camargo  
PUC-Rio**

---

Gostaríamos de agradecer a excelente assistência de pesquisa desempenhada por Alexandre Pinto, Mabel Nascimento, Flávio Daltrino, Maurício Reis, Antonio Marcos Ambrosio, Aldo Ramos e Ilana Braun . Os erros remanescentes são de nossa inteira responsabilidade.

## **1. Introdução**

Este artigo fornece subsídios à discussão em torno da regionalização do salário mínimo brasileiro. Inicialmente, avaliamos a efetividade da política de salário mínimo nacional sobre a determinação dos salários nos segmentos formais e informais do mercado de trabalho das diversas realidades regionais do país. A nossa técnica consiste em mapear pontos de pressão/soluções de canto produzidas pela política de salário mínimo brasileira, conforme a metodologia usada em Neri *et al.* (1998).

O grau de efetividade do salário mínimo é estimado para os diversos estados brasileiros, destacando-se a heterogeneidade de seus efeitos sobre os diferentes segmentos do mercado de trabalho. A seguir, realizamos um estudo *cross-section* que procura identificar os principais determinantes do grau de efetividade do salário mínimo nos diversos estados brasileiros. Finalmente, procuramos quantificar diferenças espaciais de custo de vida a fim de balizar propostas de regionalização do salário mínimo.

## **2. Efetividade do Salário Mínimo nos Diversos Segmentos do Mercado de Trabalho**

O objetivo desta seção é mapear o grau de efetividade do salário mínimo nos diversos segmentos do mercado de trabalho brasileiro, como em Neri *et al.* (1998): a porcentagem de trabalhadores que percebem remunerações idênticas ao valor do salário mínimo.

### **2.1 Metodologia**

O efeito mais característico de uma política de salário mínimo sobre os salários é o de concentrar a massa da distribuição de salários com níveis inferiores aos do mínimo no valor exato assumido pelo mínimo. A idéia é que, caso não houvesse a política de salário mínimo, observaríamos uma distribuição continua na qual cada ponto no domínio da distribuição teria uma probabilidade nula de ser observado. A política de salário mínimo *discretiza* parte desta distribuição, concentrando massa positiva no valor assumido pelo mínimo.

Neste sentido, o cálculo de medidas de avaliação da efetividade do mínimo sobre a distribuição de salários deveria se basear no número de indivíduos recebendo exatamente *um salário mínimo*, e não na comparação de médias dos salários com o valor do mínimo ou em estatísticas como a proporção de indivíduos que recebem abaixo do mínimo.

A idéia intuitiva por trás deste indicador é que, como a proporção de trabalhadores em qualquer ponto da distribuição deveria ser nula, o efeito do mínimo é o de deslocar pessoas abaixo do mínimo para exatamente o valor do mínimo. Portanto, a proporção de trabalhadores com salários idênticos ao mínimo corresponderia a uma medida da parcela dos ocupados afetada pela existência do piso nacional de salários. Em outras palavras, estamos avaliando o tamanho da solução de canto imposta pelo salário mínimo à distribuição dos salários no Brasil.

A base de dados utilizada é a PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio), realizada pelo IBGE em setembro de 1996. A sistemática de utilizar a massa da distribuição com valores exatamente iguais ao salário mínimo é especialmente relevante para este período (entre maio de 1996 e abril de 1997), quando o salário mínimo assumiu o valor de R\$112,00, um valor “quebrado”. Isto não ocorreu, por exemplo, durante o período entre maio de 1995 e abril de 1996, quando o valor de R\$100,00 assumido pelo mínimo não nos permite avaliar com clareza se a concentração de salários iguais a R\$100,00 refletia a influência direta do mínimo ou outras razões, como um simples arredondamento. Neste sentido, a PNAD/96 constitui um laboratório privilegiado para a aferição da efetividade da política de salário mínimo no Brasil, uma vez que a única referência óbvia associada ao valor de R\$112,00 é o fato de que este era o valor do salário mínimo na época.

## **2.2 Avaliação Empírica**

Como mencionado acima, a técnica utilizada para medir o grau de efetividade do salário mínimo constitui na aferição da proporção dos trabalhadores que recebem exatamente um salário mínimo no Brasil. Segundo a PNAD/96, esta proporção, em setembro de 1996, correspondia a 9% do conjunto total de trabalhadores ocupados na economia brasileira.

Através da Tabela 1 abaixo, podemos comparar o grau de efetividade do salário mínimo para o total de trabalhadores e para diversos segmentos do mercado de trabalho brasileiro: funcionários públicos, e trabalhadores com e sem carteira assinada. A seguir, analisamos separadamente os resultados para cada um desses segmentos.

### **Total de Trabalhadores<sup>2</sup>**

A segunda coluna da Tabela 1 mostra que 9% dos trabalhadores brasileiros recebiam em setembro de 1996 exatamente um salário mínimo (R\$112,00).

### **Trabalhadores Formais e os Múltiplos do Mínimo**

Iniciamos a análise da efetividade do salário mínimo pelo segmento formal do mercado de trabalho brasileiro, o qual está sujeito às imposições da legislação trabalhista. De acordo com a PNAD/96, 8% dos trabalhadores com carteira assinada (cerca de um milhão e meio de indivíduos) percebiam salários idênticos ao salário mínimo, ou seja, exatamente R\$112,00, em setembro de 1996.

Uma análise visual da distribuição de salários do setor formal revela também a existência de pontos de acumulação de massa em outros múltiplos do salário mínimo. Conforme Neri (1997) argumenta, o salário mínimo tem sido amplamente difundido como numerário ou unidade de conta no processo de fixação de salários no Brasil. Ou seja, é comum os trabalhadores terem suas rendas fixadas em termos de múltiplos de um salário mínimo legal. Este efeito-numerário constitui o primeiro efeito informal do salário mínimo aqui considerado. É importante destacar que a Constituição de 1988 proíbe a prática de indexação de salários ao mínimo. Neste sentido, o uso do mínimo como numerário no setor formal constitui uma prática ilegal.

De acordo com a PNAD/96, cerca de 14% do conjunto total de trabalhadores com carteira assinada ganhava exatamente determinados múltiplos do salário mínimo vigente na época (1 s.m.(R\$112,00), 2 s.m. (R\$224,00), 3 s.m. (R\$336,00), 0,5 s.m. (R\$56,00) e 1.5

<sup>2</sup> Este agregado corresponde ao total de ocupados remunerados aí incluindo trabalhadores por conta-própria e empregadores.

s.m. (R\$168,00)).<sup>3</sup> O efeito-numericário, portanto, é responsável pela determinação de 6% dos salários dos trabalhadores com carteira assinada.

**Tabela 1**

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Brasil - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| <u>Múltiplos</u>      | <u>Todos</u> | <u>Setor Público</u> | <u>Com Carteira</u> | <u>Sem Carteira</u> |
|-----------------------|--------------|----------------------|---------------------|---------------------|
| 1                     | 9            | 8                    | 8                   | 15                  |
| 2                     | 2            | 1                    | 3                   | 2                   |
| 3                     | 0            | 1                    | 1                   | 1                   |
| Abaixo (*)            | 15           | 8                    | 2                   | 30                  |
| <u>0,5 ou 1,5 (*)</u> | 1            | 0                    | 2                   | 2                   |

(\*) do Mínimo ( R\$112,00 )

Fonte:PNAD 96

No conjunto dos funcionários públicos das três esferas de governo, a proporção de indivíduos com salários idênticos ao mínimo é similar àquela observada entre os trabalhadores com carteira assinada, 8%. No entanto, o uso do salário mínimo como numericário (indexador) se revela uma prática menos proeminente entre os funcionários públicos: apenas 2% dos funcionários públicos recebiam os múltiplos diferentes do piso legal contra 6% dos empregados com carteira assinada.

**Trabalhadores Informais**

A Tabela 1 mostra que a importância relativa das soluções de canto causadas pelo salário mínimo é mais forte entre os trabalhadores sem carteira de trabalho do que entre os trabalhadores formais. Em outras palavras, de forma até certo ponto surpreendente, a legislação do salário mínimo é mais efetiva (*binding*) no segmento ilegal do mercado de trabalho brasileiro do que no segmento legal. Os dados da PNAD/96 mostram que 20% dos empregados sem carteira assinada recebiam algum dos múltiplos do salário mínimo

<sup>3</sup> De acordo com dados da PME 97-98, o uso do salário mínimo como numericário nas regiões metropolitanas seria ainda mais acentuado pois 18% dos empregados formais recebem múltiplos do salário mínimo. Neri (1997) propõe a unificação destes efeitos calculando a partir de dados longitudinais a proporção de trabalhadores cujos reajustes coincidem com os do mínimo.

aqui considerados, número bem superior do que os 14% observados entre os empregados com carteira e os 10% observados para os funcionários públicos.

A distinção entre os segmentos sem carteira e com carteira é ainda mais pronunciada quando comparamos os trabalhadores que ganhavam apenas um salário mínimo: 15% no setor informal contra 8% no setor formal.

Por outro lado, uma ordenação diversa é observada com relação à importância na determinação das remunerações dos múltiplos diferentes de um salário mínimo: 5% dos sem carteira contra 6% dos com carteira. Em outras palavras, o efeito-numericário (ou seja, a prática informal de utilizar o salário mínimo apenas como indexador) é mais forte em termos relativos no segmento formal. Este resultado pode ser parcialmente creditado à maior renda dos trabalhadores formais, o que explica a maior importância dos múltiplos de mínimo acima de 1 salário mínimo neste segmento.

### **3. Mapa da Efetividade do Salário Mínimo no Brasil**

Diferenças espaciais no grau de efetividade do salário mínimo, unificado a nível nacional a partir de meados de 1984, podem justificar a adoção de parâmetros regionais na aplicação de uma política de salário mínimo. Nesta seção, descrevemos as variações das medidas de efetividade do salário mínimo (proporções de trabalhadores que recebiam exatamente um salário mínimo e múltiplos de salários mínimos) entre as diversas Regiões e Unidades da Federação (UF) do Brasil com base nos dados da PNAD/96.

#### **3.1 Grandes Regiões e Unidades da Federação**

As Tabelas 2 a 5 reproduzem a Tabela 1, quantificando o grau de efetividade do salário mínimo entre os diferentes segmentos do mercado de trabalho nas grandes regiões brasileiras.

**Tabela 2****Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Regiões Norte e Centro-Oeste - Setembro de 96****Todos os Indivíduos**

| <u>Múltiplos</u>      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|-----------------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1                     | 12    | 11            | 9            | 21           |
| 2                     | 4     | 3             | 7            | 5            |
| 3                     | 1     | 2             | 3            | 1            |
| Abaixo (*)            | 12    | 4             | 1            | 23           |
| <u>0,5 ou 1,5 (*)</u> | 3     | 1             | 3            | 5            |

(\*) do Mínimo ( R\$112,00 )

Fonte: PNAD 96

**Tabela 3****Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Nordeste - Setembro de 96****Todos os Indivíduos**

| <u>Múltiplos</u>      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|-----------------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1                     | 11    | 14            | 20           | 14           |
| 2                     | 1     | 1             | 4            | 0            |
| 3                     | 1     | 1             | 2            |              |
| Abaixo (*)            | 35    | 22            | 3            | 52           |
| <u>0,5 ou 1,5 (*)</u> | 1     | 2             | 2            | 2            |

(\*) do Mínimo ( R\$112,00 )

Fonte: PNAD 96

**Tabela 4****Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Região Sudeste- Setembro de 96****Todos os Indivíduos**

| <u>Múltiplos</u>      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|-----------------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1                     | 7     | 6             | 6            | 15           |
| 2                     | 2     |               | 4            | 2            |
| 3                     | 1     | 1             | 1            | 1            |
| Abaixo (*)            | 8     | 2             | 1            | 18           |
| <u>0,5 ou 1,5 (*)</u> | 2     |               | 1            | 3            |

(\*) do Mínimo ( R\$112,00 )

Fonte: PNAD 96

**Tabela 5****Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Região Sul - Setembro de 96  
Todos os Indivíduos**

| Múltiplos                   | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|-----------------------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1                           | 6     | 4             | 6            | 15           |
| 2                           | 2     | 2             | 3            | 2            |
| 3                           | 1     | 1             | 1            |              |
| Abaixo (*)                  | 11    | 3             | 2            | 25           |
| 0,5 ou 1,5 (*)              | 2     |               | 2            | 4            |
| (*) do Mínimo ( R\$112,00 ) |       |               |              |              |

Fonte: PNAD 96

**3.1.1 Empregados Com Carteira Assinada****Trabalhadores que Recebem Um Salário Mínimo**

A análise do grau de efetividade do salário mínimo nacional no sentido tradicional, que considera apenas os trabalhadores com carteira assinada que recebem um salário mínimo, revela uma grande heterogeneidade quando se compara as diversas regiões brasileiras. Os dados mostram que 6% dos empregados com carteira assinada das regiões Sul e Sudeste percebem remunerações idênticas ao salário mínimo, comparado com 9% nas regiões Norte e Centro-Oeste, e 20% na região Nordeste. Conforme a Tabela 6 demonstra, os 9 estados do Nordeste estão situados acima da mediana das 27 Unidades da Federação brasileiras em termos do grau de efetividade da legislação do mínimo no sentido estrito entre os empregados com carteira.

**Efeito-Numerário**

A proporção de empregados com carteira assinada que recebem múltiplos de salário mínimo diferentes de um salário mínimo segue padrões regionais um pouco diferentes daqueles encontrados para os ganhadores de um salário mínimo. De acordo com os dados da PNAD/96, 6% dos empregados formais das regiões Sul e Sudeste (regiões coincidindo mais uma vez), 8% na região Nordeste e 13% nas regiões Norte e Centro-Oeste recebem múltiplos do salário mínimo. Em suma, os efeitos tradicionais do mínimo são da mesma ordem de magnitude do efeito-numerário no Sul e no Sudeste, são superiores no Nordeste, e são inferiores nas regiões Centro-Oeste e Norte.

**Tabela 6****Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo**

| <b>Com Carteira</b>        |                             |                                | <b>Setor Público</b>        |           |                             |                                |                             |
|----------------------------|-----------------------------|--------------------------------|-----------------------------|-----------|-----------------------------|--------------------------------|-----------------------------|
|                            | <b>1 Salário<br/>Mínimo</b> | <b>Múltiplos<br/>do S.M. *</b> | <b>Abaixo do<br/>Mínimo</b> |           | <b>1 Salário<br/>Mínimo</b> | <b>Múltiplos<br/>do S.M. *</b> | <b>Abaixo do<br/>Mínimo</b> |
| <b>Brasil</b>              | 8                           | 14                             | 2                           | <b>BR</b> | 8                           | 10                             | 8                           |
| <b>Acre</b>                | 8                           | 16                             | 50                          | <b>AC</b> | 8                           | 13                             | 1                           |
| <b>Alagoas</b>             | 18                          | 26                             | 6                           | <b>AL</b> | 12                          | 13                             | 25                          |
| <b>Amazonas</b>            | 5                           | 8                              | 2                           | <b>AM</b> | 11                          | 13                             | 1                           |
| <b>Amapá</b>               | 2                           | 8                              | 62                          | <b>AP</b> | 0                           | 3                              | 18                          |
| <b>Bahia</b>               | 22                          | 28                             | 3                           | <b>BA</b> | 16                          | 22                             | 15                          |
| <b>Ceará</b>               | 21                          | 35                             | 1                           | <b>CE</b> | 11                          | 16                             | 32                          |
| <b>Distrito Federal</b>    | 4                           | 8                              |                             | <b>DF</b> | 2                           | 5                              | 1                           |
| <b>Espírito Santo</b>      | 12                          | 22                             |                             | <b>ES</b> | 6                           | 10                             | 3                           |
| <b>Goiás</b>               | 10                          | 27                             |                             | <b>GO</b> | 16                          | 25                             | 6                           |
| <b>Maranhão</b>            | 14                          | 24                             | 4                           | <b>MA</b> | 13                          | 16                             | 32                          |
| <b>Minas Gerais</b>        | 14                          | 29                             | 2                           | <b>MG</b> | 11                          | 17                             | 5                           |
| <b>Mato Grosso do Sul</b>  | 10                          | 23                             | 1                           | <b>MS</b> | 6                           | 9                              | 2                           |
| <b>Mato Grosso</b>         | 6                           | 22                             | 2                           | <b>MT</b> | 9                           | 15                             | 3                           |
| <b>Pará</b>                | 14                          | 23                             | 2                           | <b>PA</b> | 18                          | 25                             | 6                           |
| <b>Paraíba</b>             | 14                          | 22                             | 4                           | <b>PB</b> | 12                          | 14                             | 32                          |
| <b>Pernambuco</b>          | 18                          | 24                             | 2                           | <b>PE</b> | 13                          | 14                             | 12                          |
| <b>Piauí</b>               | 27                          | 42                             | 2                           | <b>PI</b> | 13                          | 16                             | 28                          |
| <b>Paraná</b>              | 5                           | 9                              | 2                           | <b>PR</b> | 7                           | 9                              | 3                           |
| <b>Rio de Janeiro</b>      | 8                           | 17                             |                             | <b>RJ</b> | 6                           | 8                              | 2                           |
| <b>Rio Grande do Norte</b> | 17                          | 24                             | 5                           | <b>RN</b> | 16                          | 20                             | 15                          |
| <b>Roraima</b>             | 7                           | 27                             |                             | <b>RO</b> | 4                           | 6                              | 2                           |
| <b>Rondônia</b>            | 1                           |                                | 67                          | <b>RR</b> | 1                           | 1                              | 33                          |
| <b>Rio Grande do Sul</b>   | 7                           | 14                             | 2                           | <b>RS</b> | 3                           | 6                              | 2                           |
| <b>Santa Catarina</b>      | 3                           | 11                             | 1                           | <b>SC</b> | 2                           | 5                              | 3                           |
| <b>Sergipe</b>             | 24                          | 27                             | 5                           | <b>SE</b> | 19                          | 21                             | 12                          |
| <b>São Paulo</b>           | 2                           | 5                              | 1                           | <b>SP</b> | 2                           | 4                              | 1                           |
| <b>Tocantins</b>           | 15                          | 35                             | 0                           | <b>TO</b> | 21                          | 28                             | 13                          |

Fonte: PNAD/96; Obs: Inclui 1 Salário Mínimo

**Efeito Total**

A efetividade do mínimo medida de forma ampla (levando em conta o efeito-numericamente) para os empregados com carteira assinada é, portanto, de 12% dos empregados formais das regiões Sul e Sudeste, 24% na região Nordeste e 21% nas

regiões Norte e Centro-Oeste.<sup>4</sup> Conforme a Tabela 6 demonstra, os 9 estados do Nordeste estão situados acima da mediana das 27 Unidades da Federação brasileiras em termos do grau de efetividade geral do mínimo entre os empregados com carteira assinada.

### **3.1.2 Servidores Públicos**

A distribuição do grau de efetividade total do mínimo (levando em conta os múltiplos do mínimo aqui considerados) para os servidores públicos entre as grandes regiões brasileiras é a seguinte: 7% no Sul, 9% no Sudeste, 18% na região Nordeste e 17% nas regiões Norte e Centro-Oeste. Conforme a Tabela 6 demonstra, todos os 9 estados do Nordeste estão situados acima da mediana das 27 Unidades da Federação brasileiras em termos do grau de efetividade geral do mínimo entre os servidores públicos.

### **3.1.3 Empregados Informais**

A distribuição do grau de efetividade total do mínimo para os empregados sem carteira assinada entre as grandes regiões brasileiras é a seguinte: 21% no Sul, 21% no Sudeste, 17% na região Nordeste e 32% nas regiões Norte e Centro-Oeste. Conforme a Tabela 7 demonstra, apenas 1 dos 9 estados do Nordeste está situado acima da mediana das 27 Unidades da Federação brasileiras em termos do grau de efetividade geral do mínimo entre os empregados sem carteira.

### **3.1.4 Todos os Segmentos**

A distribuição do grau de efetividade total do mínimo para todos os segmentos do mercado de trabalho (já incluindo empregados com carteira, sem carteira, servidores públicos, conta-próprias e empregadores) vistos de uma maneira integrada entre as grandes regiões brasileiras é a seguinte: 11% no Sul, 12% no Sudeste, 14% na região Nordeste e 20% nas regiões Norte e Centro-Oeste. Conforme a Tabela 7 demonstra, 5 dos 9 estados do Nordeste estão situados acima da mediana dos 27 estados brasileiros em termos do grau de efetividade geral do mínimo entre os empregados sem carteira.

---

<sup>4</sup> O grau de efetividade do mínimo encontrado entre os empregados das regiões metropolitanas, segundo a PME de fevereiro de 1998, é ainda mais heterogêneo, oscilando de 2% em São Paulo para 24% em Salvador.

**Tabela 7****Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo**

| <b>Sem Carteira</b>        |                         |                            |                         | <b>Ocupados</b> |                         |                            |                         |
|----------------------------|-------------------------|----------------------------|-------------------------|-----------------|-------------------------|----------------------------|-------------------------|
|                            | <b>1 Salário Mínimo</b> | <b>Múltiplos do S.M. *</b> | <b>Abaixo do Mínimo</b> |                 | <b>1 Salário Mínimo</b> | <b>Múltiplos do S.M. *</b> | <b>Abaixo do Mínimo</b> |
| <b>Brasil</b>              | 15                      | 20                         | 30                      | <b>BR</b>       | 9                       | 12                         | 15                      |
| <b>Acre</b>                | 27                      | 33                         | 27                      | <b>AC</b>       | 13                      | 19                         | 13                      |
| <b>Alagoas</b>             | 19                      | 19                         | 43                      | <b>AL</b>       | 13                      | 15                         | 27                      |
| <b>Amazonas</b>            | 20                      | 23                         | 16                      | <b>AM</b>       | 8                       | 11                         | 7                       |
| <b>Amapá</b>               | 22                      | 23                         | 38                      | <b>AP</b>       | 10                      | 14                         | 3                       |
| <b>Bahia</b>               | 15                      | 17                         | 54                      | <b>BA</b>       | 13                      | 16                         | 31                      |
| <b>Ceará</b>               | 12                      | 15                         | 54                      | <b>CE</b>       | 10                      | 16                         | 39                      |
| <b>Distrito Federal</b>    | 15                      | 23                         | 12                      | <b>DF</b>       | 6                       | 10                         | 4                       |
| <b>Espirito Santo</b>      | 27                      | 32                         | 24                      | <b>ES</b>       | 14                      | 20                         | 13                      |
| <b>Goiás</b>               | 23                      | 37                         | 21                      | <b>GO</b>       | 14                      | 25                         | 12                      |
| <b>Maranhão</b>            | 17                      | 20                         | 54                      | <b>MA</b>       | 8                       | 9                          | 51                      |
| <b>Minas Gerais</b>        | 22                      | 30                         | 32                      | <b>MG</b>       | 14                      | 24                         | 15                      |
| <b>Mato Grosso do Sul</b>  | 23                      | 34                         | 23                      | <b>MS</b>       | 12                      | 20                         | 12                      |
| <b>Mato Grosso</b>         | 20                      | 34                         | 18                      | <b>MT</b>       | 11                      | 20                         | 11                      |
| <b>Pará</b>                | 17                      | 23                         | 34                      | <b>PA</b>       | 11                      | 17                         | 21                      |
| <b>Paraíba</b>             | 10                      | 11                         | 55                      | <b>PB</b>       | 9                       | 12                         | 38                      |
| <b>Pernambuco</b>          | 14                      | 15                         | 45                      | <b>PE</b>       | 11                      | 14                         | 26                      |
| <b>Piauí</b>               | 13                      | 15                         | 62                      | <b>PI</b>       | 10                      | 14                         | 46                      |
| <b>Paraná</b>              | 13                      | 18                         | 29                      | <b>PR</b>       | 6                       | 9                          | 13                      |
| <b>Rio de Janeiro</b>      | 19                      | 25                         | 13                      | <b>RJ</b>       | 8                       | 13                         | 6                       |
| <b>Rio Grande do Norte</b> | 14                      | 15                         | 42                      | <b>RN</b>       | 11                      | 14                         | 29                      |
| <b>Roraima</b>             | 19                      | 29                         | 17                      | <b>RO</b>       | 8                       | 18                         | 8                       |
| <b>Rondônia</b>            | 3                       | 6                          | 65                      | <b>RR</b>       | 2                       | 3                          | 4                       |
| <b>Rio Grande do Sul</b>   | 17                      | 25                         | 25                      | <b>RS</b>       | 7                       | 12                         | 11                      |
| <b>Santa Catarina</b>      | 14                      | 21                         | 18                      | <b>SC</b>       | 5                       | 11                         | 7                       |
| <b>Sergipe</b>             | 15                      | 15                         | 56                      | <b>SE</b>       | 15                      | 17                         | 30                      |
| <b>São Paulo</b>           | 8                       | 12                         | 11                      | <b>SP</b>       | 3                       | 5                          | 4                       |
| <b>Tocantins</b>           | 23                      | 33                         | 31                      | <b>TO</b>       | 18                      | 26                         | 22                      |

Fonte: PNAD/96; Obs: Inclui 1 Salário Mínimo

**3.2. Tamanho de Cidade**

A classificação de tamanhos de cidade envolve 6 categorias, a saber: capital das 9 regiões metropolitanas brasileiras e Distrito Federal, a periferia destas regiões, cidades grandes (acima de 100.000 mas não metropolitanas), cidades médias (de 20.000 a 100.000 habitantes), cidades pequenas (áreas não rurais inferiores a 20.000 habitantes) e áreas rurais.

A análise de efetividade do mínimo entre o total de ocupados remunerados por tamanho de cidade presente na Tabela 8 revela uma correlação inversa entre densidade

demográfica e a proporção de salários idênticos ao mínimo, que oscila de 2.6% nos núcleos metropolitanos até 9.4% nas regiões rurais. Esta relação é menos pronunciada quando utilizamos a medida de efetividade mais geral, pois o efeito numerário é relativamente mais importante nas regiões metropolitanas, em especial nas periferias onde corresponde a 62% dos efeitos totais exercidos pelo mínimo. A efetividade total exercida pelo mínimo oscila entre 5.2% nas capitais até 13.8% dos ocupados remunerados nas áreas rurais.

**Tabela 8**

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos**

|                              | Igual a 1 Sal. Mínimo | Múltiplos do Mínimo * | Abaixo de 1 Sal. Mínimo |
|------------------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
| <b>Metropolitano Capital</b> | 2.6%                  | 5.2%                  | 3.0%                    |
| <b>Periferia</b>             | 2.7%                  | 7.1%                  | 2.8%                    |
| <b>Urbano Grande</b>         | 4.5%                  | 7.7%                  | 3.9%                    |
| <b>Urbano Médio</b>          | 5.3%                  | 10.3%                 | 6.2%                    |
| <b>Urbano Pequeno</b>        | 5.6%                  | 10.5%                 | 11.4%                   |
| <b>Rural</b>                 | 9.4%                  | 13.8%                 | 36.2%                   |

Fonte: PNAD/96

**3.3 Conclusões**

O grau de efetividade total do mínimo entre ocupados remunerados observado em regiões mais ricas do país, como o Sudeste e o Sul, é inferior ao observado no Nordeste, Norte e Centro-Oeste brasileiros. Existem, entretanto, no bojo deste último grupo, importantes variações, a saber: grande parte dos efeitos exercidos pelo salário mínimo no mercado de trabalho do Nordeste é compatível com o caráter legal tipicamente estudado na literatura econômica. Em outras palavras, o salário mínimo no Nordeste afeta em grande parte indivíduos que recebem um salário mínimo e que estão no setor formal, seja como empregados CLTistas, seja como funcionários públicos. Isto talvez confira uma maior previsibilidade às políticas de salário mínimo no Nordeste, pelo menos no que concerne à literatura econômica. Já as regiões Norte e Centro-Oeste do país se caracterizam pela predominância de efeitos até certo ponto inusitados como os operantes

sobre os trabalhadores sem carteira e o uso do mínimo como numerário na fixação dos rendimentos formais.

A análise de efetividade do mínimo entre o total de ocupados remunerados por tamanho de cidade revela uma correlação inversa entre densidade demográfica e a proporção de salários idênticos ao mínimo. Esta relação positiva é menos pronunciada quando utilizamos a medida de efetividade mais geral, uma vez que o efeito numerário é relativamente mais importante nas regiões metropolitanas, em especial nas periferias.

#### **4. Determinantes da Efetividade do Mínimo: Análise Regional**

##### **4.1 Determinantes da Efetividade do Mínimo: Análise *Cross-Section* entre Estados Brasileiros**

A idéia central deste trabalho é a de que o efeito mais característico do mínimo sobre a distribuição de salários é o de concentrar massa da distribuição de salários inferiores ao mínimo no valor exato assumido pelo mínimo e que, portanto, as proporções de trabalhadores que recebem salários iguais ao mínimo e múltiplos do mínimo constituem a melhor medida de efetividade do mínimo. Nesta sub-seção, procuramos estudar os determinantes da variação do grau de efetividade do salário mínimo entre os estados brasileiros. A escolha das variáveis que poderiam explicar teoricamente as diferenças regionais do grau de efetividade do mínimo foram renda, pobreza, escolaridade, informalidade, e distribuição setorial do produto.

A análise se baseou em gráficos e regressões, que procuram ilustrar as correlações brutas e parciais de diversas variáveis disponíveis para todos os estados brasileiros com os dois índices de efetividade do mínimo (com base nas remunerações iguais ao mínimo e aos diversos múltiplos do mínimo).

##### **4.1.1 Análise Gráfica**

Os gráficos 1 a 3 abaixo e do Apêndice B mostram como a efetividade do mínimo (com base nas remunerações iguais a um salário mínimo) se correlaciona com diversas variáveis que, a princípio, poderiam explicá-la. A análise gráfica fornece, desta forma, as

correlações brutas entre o grau de efetividade do mínimo e cada uma destas variáveis. Por outro lado, os pares de observações correspondentes a cada estado permitem inferir se há alguma homogeneidade regional bem como detectar a ocorrência de *outliers*, característicos de estados atípicos quando comparados ao resto do país.

O Gráfico 1 revela uma correlação negativa entre o grau de efetividade do mínimo e o PIB per capita estadual. Quanto mais rico o estado, menos efetivo parece ser o mínimo, o que sugere que a restrição de se pagar o mínimo é menos efetiva para os estados mais ricos. No entanto, neste experimento não estamos controlando para outros efeitos que podem ser mais fortes do que o nível de renda para explicar a efetividade do mínimo, o que é feito na seção de análise de regressões.

O Gráfico 2 mostra que existe uma correlação negativa entre efetividade do mínimo e a média de anos de estudo (dos trabalhadores com mais de 15 anos de idade). A escolaridade, sozinha, consegue explicar 25,6% da variação do grau de efetividade do mínimo entre os estados brasileiros.

O Gráfico 3 mostra que existe uma correlação positiva entre o grau de efetividade do mínimo e a porcentagem de empregados sem carteira assinada, como sugerido pela análise da seção 2. De fato, a informalidade, sozinha, explica 26% da variação do grau de efetividade do mínimo entre os estados brasileiros.

A despeito de algumas exceções, percebe-se uma clara divisão regional entre os estados com mais efetividade do mínimo e mais informalidade, que tendem a se situar nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e estados com menos efetividade do mínimo e menos informalidade, em geral situados nas regiões Sul e Sudeste.

Esta divisão regional também aparece quando a variável analisada é o índice de pobreza. A correlação positiva entre a efetividade do mínimo e os dois índices de pobreza (P0 e P1) usados nos dois primeiros gráficos do Apêndice B é muito semelhante à observada no gráfico anterior, dividindo o Brasil nas mesmas regiões destacadas no parágrafo acima. Isto ocorre, obviamente, pela forte correlação entre pobreza e informalidade existente entre os estados brasileiros.

Finalmente, os dois últimos gráficos do Apêndice B evidenciam uma correlação positiva (não tão forte quanto nos casos anteriores, mas ainda assim digna de nota) entre o

grau de efetividade do mínimo e as variáveis porcentagem de analfabetos e de domésticos sem carteira.

#### **4.1.2 Análise de Regressão**

A análise de regressão realizada neste trabalho, tendo como variável dependente o grau de efetividade do salário mínimo, segue a seguinte metodologia. Primeiramente, escolhe-se um grupo de regressores básicos, presentes em todas as regressões por mínimos quadrados ordinários, que são identificados pela capacidade de explicar a variação da efetividade do mínimo. Em seguida, realiza-se testes de significância de outras variáveis, que são adicionadas uma a uma, com reposição, à regressão básica.

A regressão básica inclui como regressores, para cada Unidade da Federação, os seguintes dados referentes a 1996: o (log do) PIB per capita, a média de anos de estudo completos (dos trabalhadores com mais de 15 anos de idade), a proporção dos trabalhadores sem carteira assinada, e uma dummy para o estado de Roraima (que tem o menor grau de efetividade do mínimo país, o que não é explicado por nenhuma das variáveis aqui testadas).<sup>5</sup>

#### **Trabalhadores que recebem um salário mínimo**

A tabela 9 apresenta os resultados da regressão básica no caso da variável dependente ser a porcentagem de trabalhadores que recebe exatamente um salário mínimo em cada um dos estados. Os resultados mostram que os três regressores são estatisticamente significativos (o PIB per capita a 8,6%). Cabe destacar que o  $R^2$  ajustado da regressão básica é de 0,708, o que revela uma alta capacidade destas três variáveis de explicar a variância regional da efetividade do mínimo no Brasil.

---

<sup>5</sup> Na verdade, a PNAD apresenta dificuldades de representação em relação a todos os estados da região Norte por não captar a área rural. Os coeficientes das dummies de Roraima são significativos em todas as regressões, mas não são apresentados nas tabelas.

**Tabela 9****Determinantes da efetividade do mínimo****Variável dependente: Proporção de trabalhadores que recebem um mínimo**

|  |                   |
|--|-------------------|
| PIB per capita                         | 0,009<br>(1,80)   |
| Escolaridade                           | -0,014<br>(-2,28) |
| Porcentagem de empregados sem carteira | 0,467<br>(5,83)   |
| R <sup>2</sup> Ajustado                | 0,708             |

\* Estatísticas t entre parênteses

Como esperado, com base nas conclusões da seção 2 e da sub-seção anterior, a porcentagem de empregados sem carteira tem um impacto positivo e significativo sobre a efetividade do mínimo, mesmo controlando para os níveis de renda e escolaridade dos estados. Ou seja, os estados onde o setor informal é mais presente tendem a ter mais pessoas recebendo um salário mínimo.

O nível de escolaridade entra com sinal negativo, confirmando as correlações brutas evidenciadas pela análise gráfica acima. Quanto maior o nível de educação da população ocupada de um estado, menor é o grau de efetividade do mínimo. Já o PIB per capita passa a ter um efeito positivo (significativo a 8,6%) sobre a efetividade, uma vez controlados os efeitos da escolaridade e do grau de informalidade de cada estado. Desta forma, a correlação negativa observada na análise gráfica entre renda e efetividade do mínimo era, na verdade, derivada da correlação positiva da renda com escolaridade e da correlação negativa da renda com informalidade.

O segundo passo da análise de regressão é o teste da significância de várias outras variáveis que são, uma a uma, adicionadas ao conjunto de regressores básicos (com reposição). As Tabelas 10 e 11 apresentam os resultados.

**Tabela 10****Determinantes da efetividade do mínimo****Variável dependente: Proporção de trabalhadores que recebem um mínimo**

|  |                     |                   |                  |
|--|---------------------|-------------------|------------------|
| PIB per capita                         | 0,012<br>(1,46)     | 0,009<br>(1,61)   | 0,013<br>(2,11)  |
| Escolaridade                           | -0,017<br>(1,67)    | -0,012<br>(1,24)  | -0,020<br>(2,40) |
| Porcentagem de empregados sem carteira | 0,484<br>(5,28)     | 0,464<br>(5,49)   | 0,379<br>(3,34)  |
| Pobreza ( P0 – Linha de indigência)    | -0,0002<br>(-0,411) | -                 | -                |
| Porcentagem de empregados com carteira | -                   | -0,013<br>(-0,16) | -                |
| Porcentagem de domésticos sem carteira | -                   | -                 | 0,379<br>(1,09)  |
| R <sup>2</sup> Ajustado                | 0,696               | 0,694             | 0,710            |

\* Estatísticas t entre parênteses

Uma primeira hipótese a ser testada é se o nível de pobreza tem algum efeito significativo sobre a efetividade do mínimo, uma vez controlado o nível de renda média de cada estado. A idéia é que dois estados com a mesma renda média poderiam ter distribuições da renda tão diferentes que em um deles a quantidade de pessoas atraídas para o ponto de pressão do mínimo fosse muito maior do que no outro. O uso dos vários indicadores de pobreza mostra que nenhum deles é significativo. Na primeira regressão da tabela 10, usa-se o número de pobres (P0) abaixo da linha de indigência. Em todos os casos, a presença de multicolinearidade (correlação entre pobreza, renda e escolaridade), faz com que o PIB per capita e a escolaridade deixem de ser significativos.

A segunda coluna da tabela 10 apresenta a regressão obtida ao incluirmos a porcentagem de empregados com carteira assinada. Os resultados mostram que tal variável não é significativa, além de ser correlacionada com renda e escolaridade, que deixam de ser significativos.

Já a inclusão da porcentagem de empregados domésticos sem carteira assinada parece ter um efeito importante sobre o *fit* da regressão (é o  $R^2$  ajustado mais alto). O coeficiente de tal variável, apesar de alto e semelhante ao dos empregados sem carteira, não é estatisticamente significante.

A Tabela 11 adiciona, uma a uma, as variáveis porcentagem de analfabetos, e participação dos setores agrícola e industrial no PIB de cada estado ao conjunto de regressores básicos. As três variáveis, no entanto, não são significativamente diferentes de zero.

**Tabela 11**  
**Determinantes da efetividade do mínimo**  
**Variável dependente: Proporção de trabalhadores que recebem um mínimo**

|  |                   |                  |                  |
|--|-------------------|------------------|------------------|
| PIB per capita                         | 0,014<br>(1,77)   | 0,009<br>(1,59)  | 0,009<br>(1,70)  |
| Escolaridade                           | -0,020<br>(2,00)  | -0,013<br>(2,00) | -0,014<br>(2,23) |
| Porcentagem de empregados sem carteira | 0,488<br>(5,73)   | 0,465<br>(5,62)  | 0,468<br>(5,69)  |
| Porcentagem de analfabetos             | -0,051<br>(-0,78) | -                | -                |
| Participação da agricultura no PIB     | -                 | 0,004<br>(0,13)  | -                |
| Participação da indústria no PIB       | -                 | -                | 0,005<br>(0,16)  |
| $R^2$ Ajustado                         | 0,703             | 0,694            | 0,694            |

\* Estatísticas t entre parênteses

Outras variáveis testadas, não reportadas neste trabalho, foram a renda domiciliar per capita, a participação do setor de serviços no PIB e uma dummy para a região Nordeste. Nenhuma delas teve um coeficiente significativamente diferente de zero.

Por fim, cabe observar que São Paulo é um *outlier* negativo em todas as regressões descritas acima, fruto provavelmente do fato de que a distribuição de salários

praticamente se inicia no mínimo neste estado, sendo muito pequeno o número de pessoas que recebem abaixo do mínimo. Em outras palavras, em São Paulo, o salário mínimo parece ser menos efetivo (*binding*) do que nos outros estados.

### **Trabalhadores que recebem múltiplos do salário mínimo**

O conjunto de regressões que tem como variável dependente a proporção dos trabalhadores que ganham múltiplos do mínimo (incluindo o mínimo) apresenta algumas diferenças significativas em relação aos resultados descritos acima. Em primeiro lugar, o ajuste (*f<sub>it</sub>*) das regressões cai significativamente para níveis entre 0,45 e 0,55. Em segundo lugar, os indicadores de pobreza assumem uma importância significativa, sendo incorporados ao grupo de regressores básicos. A regressão que melhor explica a variância do grau de efetividade entre os estados brasileiros está na Tabela 12.

**Tabela 12**

#### **Determinantes da efetividade do mínimo**

**Variável dependente: Proporção de trabalhadores que recebem múltiplos do mínimo**

|  |                   |
|--|-------------------|
| PIB per capita                         | 0,03<br>(1,92)    |
| Escolaridade                           | -0,036<br>(-1,86) |
| Porcentagem de empregados sem carteira | 0,708<br>(4,46)   |
| Pobreza ( P1 – Linha de indigência)    | -0,003<br>(-1,97) |
| R <sup>2</sup> Ajustado                | 0,543             |

\* Estatísticas t entre parênteses

De acordo com a tabela 12, as variáveis informalidade, renda e escolaridade continuam tendo um efeito significativo sobre o grau de efetividade do mínimo, mesmo quando consideramos os trabalhadores que recebem os múltiplos do mínimo. A proporção de trabalhadores sem carteira tem um efeito positivo e significativo sobre a efetividade,

assim como a renda per-capita. Já o nível de escolaridade e de pobreza afetam negativamente a efetividade do mínimo.

### **Conclusões**

A análise desta sub-seção mostra que o grau de informalidade, o nível de renda e o nível de escolaridade parecem ser os determinantes principais da distribuição da efetividade do mínimo entre os estados brasileiros. O resultado mais interessante é a constatação de que a porcentagem de trabalhadores sem carteira tem um efeito alto e significativo sobre a porcentagem de trabalhadores que recebem exatamente um mínimo e múltiplos do mínimo, o que confirma os impactos informais do mínimo descritos na seção 2.

#### **4.2 Diferenças Regionais de Custo de Vida**

Um dos argumentos favoráveis à regionalização do mínimo mais usados se refere à constatação de marcantes diferenças regionais dos índices de custo de vida. Nesta sub-seção, fazemos um breve resumo das evidências a respeito das diferenças do custo de vida entre as diversas regiões brasileiras. As evidências são de estudos baseados em diversas fontes: PPV (Pesquisa de Padrão de Vida, IBGE, 1996), POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares, IBGE, 1987) e nas cestas básicas regionais do DIEESE. A maior parte dos estudos não são comparáveis entre si, uma vez que as pesquisas são feitas em diferentes momentos do tempo, seguem diferentes metodologias e seguem diferentes desagregações regionais. O objetivo aqui, no entanto, é apenas o de ilustrar a ordem de magnitude do diferencial regional de custo de vida.

A tabela 13 apresenta o custo de vida para seis regiões metropolitanas do Brasil (Salvador, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte), assim como os dados para as regiões Nordeste e Sudeste, urbano e rural, baseado em Ferreira et al. (1998), que se utilizam dos dados da PPV.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> A principal vantagem desta base de dados é justamente incorporar as áreas rurais.

**Tabela 13**  
**Índice de Custo de Vida - PPV**

| <b>Região</b>   | <b>Índice-base Recife</b> | <b>Índice-base São Paulo</b> |
|-----------------|---------------------------|------------------------------|
| Fortaleza       | 1.004451                  | 1.014087                     |
| Recife          | 1.000000                  | 1.072469                     |
| Salvador        | 1.234505                  | 1.179934                     |
| Nordeste Urbano | 1.085385                  | 1.032056                     |
| Nordeste Rural  | 0.931643                  | 0.953879                     |
| Belo Horizonte  | 1.043125                  | 0.958839                     |
| Rio de Janeiro  | 1.094239                  | 1.002163                     |
| São Paulo       | 1.120113                  | 1.000000                     |
| Sudeste Urbano  | 0.995397                  | 0.904720                     |
| Sudeste Rural   | 0.985787                  | 0.889700                     |

Fonte: Ferreira, Lanjouw e Neri, 1998

A escolha das regiões de Recife e São Paulo como base para as duas colunas da tabela foi feita a partir do cálculo da correlação de preços entre todas as regiões pesquisadas. Verificou-se que as regiões de São Paulo e Recife tiveram a menor correlação entre si, quando comparada a todas as outras regiões. O índice foi calculado a partir de uma média ponderada da razão do custo total de alimentação entre a região estudada e a região-base, fixando-se as médias de consumo dos grupos de alimentos da região-base, e a razão entre o custo de habitação da região estudada e a região-base.

De acordo com o índice-base São Paulo, o maior diferencial de custo de vida entre as regiões metropolitanas é de 23% observado quando se compara Salvador com Belo Horizonte. Se o índice-base Recife for usado, o maior diferencial é entre Salvador e Recife, de 23,5%.

A Tabela 14 foi baseada no trabalho de Rocha (1993), que se utiliza dos dados da POF de 1987 para calcular o índice de custo de vida para a população pobre das regiões metropolitanas. O maior diferencial é entre São Paulo e Porto Alegre, de 69%. Se usarmos apenas as regiões destacadas na tabela do PPV, o maior diferencial é entre São Paulo e Belo Horizonte, de 27%.

**Tabela 14**  
**Índice de Custo de Vida, POF, 1987**

|                |          |
|----------------|----------|
| Rio de Janeiro | 1.061098 |
| São Paulo      | 1.197466 |
| Porto Alegre   | 0.708455 |
| Belo Horizonte | 0.939718 |
| Recife         | 1.032907 |
| Salvador       | 1.060356 |

Fonte: Rocha, 1993

A Tabela 15 apresenta os índices de preço multilaterais das 11 regiões que compõem o INPC (dez regiões metropolitanas e o Distrito Federal), do trabalho de Azzoni, Carmo e Menezes, 1998. O índice de preços teve como base uma lista fornecida pelo IBGE com 66 subitens, distribuídos em alimentação, habitação, artigos de residência, vestuário, transporte e comunicação, saúde e cuidados pessoais, e despesas pessoais. O trabalho usa os pesos da POF de 1987 para os respectivos grupos. Para se obter transitividade entre os índices, foram calculados os índices de preços multilaterais, representados pela tabela acima, a partir da média geométrica dos índices de preços bilaterais. De acordo com a Tabela, os diferenciais de custo de vida entre as regiões são praticamente estáveis nos anos mais recentes e menores do que os reportados nos dois trabalhos acima. Para o ano de 1997, por exemplo, o maior diferencial regional é entre Brasília e Belém, de 13%.

**Tabela 15**  
**Índices de Preço Multilaterais, POF 1987**

| Região         | 1991   | 1992   | 1993   | 1994   | 1995   | 1996   | 1997   |
|----------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Belém          | 0.9454 | 0.9469 | 0.9210 | 0.9484 | 0.9563 | 0.9452 | 0.9389 |
| Fortaleza      | 0.9798 | 0.9821 | 0.9859 | 0.9760 | 0.9696 | 0.9689 | 0.9632 |
| Recife         | 1.0019 | 0.9956 | 0.9921 | 0.9831 | 0.9878 | 0.9946 | 0.9923 |
| Salvador       | 1.0162 | 1.0012 | 0.9928 | 0.9911 | 1.0039 | 1.0071 | 1.0008 |
| Belo Horizonte | 0.9838 | 1.0166 | 0.9992 | 0.9935 | 0.9932 | 0.9987 | 1.0020 |
| Rio de Janeiro | 1.0066 | 1.0094 | 1.0318 | 1.0340 | 1.0238 | 1.0235 | 1.0261 |
| São Paulo      | 1.0304 | 1.0245 | 1.0304 | 1.0346 | 1.0364 | 1.0435 | 1.0480 |
| Curitiba       | 0.9675 | 0.9974 | 1.0050 | 0.9964 | 0.9986 | 1.0007 | 1.0071 |
| Porto Alegre   | 0.9925 | 0.9852 | 0.9908 | 0.9804 | 0.9754 | 0.9761 | 0.9824 |
| Goiânia        | 0.9954 | 0.9729 | 0.9824 | 0.9907 | 0.9861 | 0.9807 | 0.9822 |
| Brasília       | 1.0872 | 1.0732 | 1.0714 | 1.0781 | 1.0743 | 1.0669 | 1.0645 |

Fonte: Azzoni, Carmo e Menezes, 1998

Finalmente, a Tabela 16 apresenta o custo da cesta básica para as principais capitais brasileiras em janeiro de 1997 e janeiro de 1998, calculado pelo DIEESE. A pesquisa do DIEESE toma por base as definições do decreto lei 399, de 30 de abril de 1938 - única legislação que dispõe a respeito das necessidades de alimentação de um trabalhador no Brasil. De acordo com a tabela, em janeiro de 1997, o maior diferencial regional era entre São Paulo e João Pessoa, de 29%. Já em janeiro de 1998, o maior diferencial é observado entre Curitiba e João Pessoa, de 42%.

**Tabela 16**  
**Custo da Cesta Básica - DIEESE (em R\$)**

| Capital        | Janeiro 1997 | Janeiro 1998 |
|----------------|--------------|--------------|
| Curitiba       | 88.73        | 102.95       |
| São Paulo      | 92.18        | 100.01       |
| Rio de Janeiro | 85.28        | 98.38        |
| Porto Alegre   | 82.21        | 97.02        |
| Belo Horizonte | 86.73        | 95.17        |
| Brasília       | 82.14        | 94.2         |
| Florianópolis  | 81.21        | 90.58        |
| Vitória        | 74.77        | 86.09        |
| Belém          | 78.06        | 81.12        |
| Goiânia        | 74.39        | 80.61        |
| Natal          | 77.53        | 78.25        |
| Recife         | 76.27        | 75.98        |
| Aracaju        | 75.56        | 75.79        |
| Fortaleza      | 70.79        | 73.79        |
| Salvador       | 75.87        | 73.01        |
| João Pessoa    | 71.48        | 72.56        |

Fonte: DIEESE (*home-page*)

### **Conclusões**

Esta sub-seção analisou as diferenças de custo de vida entre as regiões brasileiras destacados por vários estudos que se basearam em pesquisas recentes. Independentemente das diferenças metodológicas entre as pesquisas, o fato é que em todas elas se registram diferenciais de custo de vida superiores a 13%. O estudo que se baseia na pesquisa mais recente, a PPV, registra diferenciais de 23% quando se analisa apenas 6 regiões metropolitanas brasileiras.

### **4.3 Sumário da Literatura: Efeitos Positivos e Negativos do Salário Mínimo**

Além do argumento de que há importantes diferenças de custo de vida entre as diferentes regiões, como ilustrado na sub-seção anterior, a proposta de regionalização do salário mínimo tem como base o ponto de que a sua unificação a nível nacional só faz sentido se a mobilidade regional da mão-de-obra no Brasil fosse tão grande que anulasse qualquer diferença de desempenho do mercado de trabalho entre as diferentes regiões. A persistência de diferenciais de taxas de desemprego, informalidade e indicadores de pobreza entre as diferentes regiões nos faz concluir o contrário, uma vez que é um forte indicador de que há segmentações estruturais importantes entre as regiões, talvez resultado de estruturas produtivas diferentes.

Note que este ponto é independente do juízo que possamos fazer a respeito do salário mínimo ter efeitos positivos ou negativos sobre os trabalhadores de baixa renda. O argumento é que se o salário mínimo é bom para os trabalhadores de baixa renda, diferenciá-lo regionalmente pode ser melhor ainda para algumas regiões. Por outro lado, se o salário mínimo é ruim para os trabalhadores de baixa renda, seus efeitos negativos sobre algumas regiões podem ser minorados se o mínimo assumir diferentes valores regionais.

Um dos objetivos básicos da política de salário mínimo se refere ao combate à pobreza e à desigualdade de renda. Para muitos autores, o salário mínimo pode ser entendido como um subsídio que beneficia trabalhadores mal remunerados no mercado de trabalho. Existe, no entanto, um ponto básico que deve ser discutido em relação à efetividade desse objetivo redistributivo: é preciso levar em conta os efeitos alocativos e os impactos macroeconômicos da política de salário mínimo. De fato, uma política de aumento do mínimo pode ter tanto o efeito positivo de favorecer a posição na distribuição dos mais mal remunerados, como o efeito negativo de reduzir a renda desse grupo de trabalhadores, devido a fatores como elevação do desemprego dos trabalhadores que recebem salário mínimo, redução do salário no setor informal ou desestabilização do nível de preços, que tende a afetar mais os grupos com menor nível de renda.

A identificação de se os efeitos do mínimo são positivos ou negativos depende essencialmente da identificação do modo de funcionamento do mercado de trabalho. A

literatura dentro dessa área pode ser dividida em dois grandes campos: de um lado, o modelo competitivo (com algumas variações) e, de outro, modelos não competitivos.

De acordo com o modelo competitivo tradicional, o efeito da imposição de um salário mínimo *binding*, ou seja, acima do nível que equilibraria oferta e demanda por mão-de-obra, é o de reduzir o emprego dos trabalhadores diretamente afetados (trabalhadores do setor formal de baixa renda). No entanto, há variantes do modelo competitivo que consideram os efeitos do salário mínimo sobre outras variáveis. Assim, quando se considera o modelo com trabalhadores heterogêneos (com dois níveis de grau de qualificação, por exemplo), o efeito de um aumento do mínimo sobre o emprego total é ambíguo, dependendo de haver aumento de emprego dos qualificados.

Já quando se incorpora um setor não protegido ao modelo competitivo, embora variações do salário mínimo (que aumentem o salário no setor protegido) reduzam o emprego nesse setor, o efeito sobre o setor não protegido depende de como se modela a oferta entre esses dois setores. Se a oferta no setor não protegido é o resíduo entre oferta no setor protegido e emprego nesse setor, o resultado será de queda do salário no setor não protegido (que tende a ser tão maior quanto maior for o peso relativo do setor protegido). Se, ao contrário, os trabalhadores preferem esperar por emprego no setor protegido (modelo de migração, a la Harris-Todaro, por exemplo), o resultado tende a ser aumento de salário também no setor não protegido e queda de emprego nos dois setores.

Particularmente no Brasil, onde trabalhadores de baixa renda estão sobre-representados no setor informal e este setor é significativo, a influência de um aumento do salário mínimo sobre o setor informal deve ser analisada com atenção para se avaliar os efeitos positivos e negativos do mínimo.

Já na classe de modelos não competitivos, o efeito de um aumento do mínimo sobre os trabalhadores diretamente afetados também é ambíguo. Por exemplo, no modelo tradicional de monopsonio (ver Card and Krueger, 1995), pequenas elevações do nível de salário mínimo tendem a aumentar o nível de emprego, enquanto grandes elevações tendem a reduzir o nível de emprego. Resultados similares são encontrados no modelo de monitoramento e de escolha de salários de equilíbrio. Há também um efeito de equilíbrio geral nesses modelos que deve ser considerado, referente à capacidade das políticas de

salário mínimo de poder aumentar ou reduzir a eficiência econômica, dependendo da origem da imperfeição no mercado de trabalho.

Em suma, a literatura especializada sobre salário mínimo se divide em estudos que caracterizam os efeitos positivos e negativos do mínimo sobre o emprego e a renda dos trabalhadores menos qualificados. Independentemente do salário mínimo ser bom ou ruim para os trabalhadores menos qualificados, nos parece que a sua unificação em termos nacionais é prejudicial ao comportamento do mercado de trabalho. Se o salário mínimo é bom para os trabalhadores de baixa renda, diferenciá-lo regionalmente pode ser melhor ainda para algumas regiões. Por outro lado, se o salário mínimo é ruim, seus efeitos negativos sobre algumas regiões podem ser minorados se o mínimo assumir diferentes valores regionais.

## **5. Conclusões**

### **5.1. Visão Geral**

O objetivo deste artigo foi o de subsidiar a formulação da política de salário mínimo no Brasil. Inicialmente avaliamos a efetividade da política de salário mínimo nacional a nível dos segmentos formais e informais do mercado de trabalho das diversas realidades regionais do país. A nossa técnica consistiu em mapear pontos de pressão/soluções de canto produzidas pela política de salário mínimo brasileira. Na última parte do artigo, realizamos um estudo *cross-section* entre estados brasileiros sobre os determinantes do grau de efetividade do salário mínimo brasileiro. Finalmente, procuramos quantificar diferenças espaciais de custo de vida a fim de balizar propostas de regionalização do salário mínimo.

Vejamos as principais conclusões das diversas seções do artigo.

### **5.2. Efetividade do Salário Mínimo nos Diversos Segmentos do Mercado de Trabalho**

#### **Metodologia**

O cálculo da efetividade do mínimo sobre a distribuição de salários se baseia no número de indivíduos recebendo exatamente *um salário mínimo*. A idéia intuitiva por trás

deste indicador é que, como a proporção de trabalhadores em qualquer ponto de uma distribuição contínua deveria ser nula, o efeito do mínimo é o de deslocar pessoas abaixo do mínimo para exatamente o valor do mínimo, *discretizando* a distribuição de salários. Portanto, a proporção de trabalhadores com salários idênticos ao mínimo corresponderia a uma medida da parcela dos ocupados afetada pela existência do piso nacional de salários. Em outras palavras, avaliamos o tamanho da solução de canto imposta pelo salário mínimo à distribuição dos salários no Brasil.

A sistemática de utilizar a massa da distribuição com valores exatamente iguais ao salário mínimo é especialmente relevante para a PNAD/96, a fonte básica de dados aqui utilizada, quando o salário mínimo assumiu o valor de R\$112,00, um valor “quebrado”.

### **Avaliação Empírica**

Os principais resultados desta técnica de medir o grau de efetividade do salário mínimo nos diversos segmentos do mercado de trabalho brasileiro são os seguintes:

- 9% dos ocupados remunerados brasileiros recebiam exatamente um salário mínimo em setembro de 1996.
- 8% dos trabalhadores com carteira assinada (cerca de um milhão e meio de indivíduos) percebiam salários idênticos ao salário mínimo.
- O efeito-*numerário*, segundo o qual os indivíduos atrelam seus salários a múltiplos inteiros do mínimo, constituiu o primeiro efeito ‘informal’ do salário mínimo aqui considerado. Cerca de 6% do conjunto total de trabalhadores com carteira ganhava exatamente determinados múltiplos do salário mínimo vigente na época (2 s.m. (R\$224,00), 3 s.m. (R\$336,00), 0,5 s.m. (R\$56,00) e 1.5 s.m. (R\$168,00)).
- No conjunto dos funcionários públicos das três esferas de governo, a proporção de indivíduos com salários idênticos ao mínimo é similar àquela observada entre os trabalhadores com carteira assinada, 8%. Já o uso do salário mínimo como *numerário* se revelou menos proeminente entre os funcionários públicos: 2%.
- Surpreendentemente, a legislação do salário mínimo é mais efetiva (*binding*) no segmento ilegal do mercado de trabalho brasileiro do que no segmento legal: 15% contra 8%, respectivamente, recebiam exatamente um mínimo.

### **5.3. Mapa da Efetividade do Salário Mínimo**

Nesta parte, descrevemos as variações das medidas de efetividade do salário mínimo entre as diversas Regiões, Unidades da Federação (UF) e tamanho de cidade brasileiras.

- O grau de efetividade total do mínimo entre ocupados remunerados observados em regiões mais ricas do país, como o Sudeste e o Sul, é inferior aos observados no Nordeste, Norte e Centro-Oeste brasileiros.
- Grande parte dos efeitos exercidos pelo salário mínimo no mercado de trabalho do Nordeste é compatível ao caráter legal tipicamente estudado na literatura econômica. Em outras palavras, o salário mínimo no Nordeste afeta em grande parte indivíduos que recebem um salário mínimo e que estão no setor formal, seja como empregados CLTistas, seja como funcionários públicos. Isto talvez confira uma maior previsibilidade às políticas de salário mínimo no Nordeste.
- As regiões Norte e Centro-Oeste do país se caracterizam pela predominância de efeitos até certo ponto inusitados como os operantes sobre os trabalhadores sem carteira e o uso do mínimo como numerário na fixação dos rendimentos formais.
- A análise de efetividade do mínimo entre o total de ocupados remunerados por tamanho de cidade revela uma correlação inversa entre densidade demográfica e a proporção de salários idênticos ao mínimo. Esta relação positiva é menos pronunciada quando utilizamos a medida de efetividade mais geral pois o efeito numerário é relativamente mais importante nas regiões metropolitanas, em especial nas periferias.

### **5.4. Determinantes da Efetividade do Mínimo: Análise Regional**

Nesta seção, procuramos estudar os determinantes da variação do grau de efetividade do salário mínimo entre os estados brasileiros, descrever os diferenciais de custo de vida entre as regiões brasileiras e rever a literatura sobre os efeitos do salário mínimo sobre a renda e o emprego dos trabalhadores menos qualificados.

- A análise cross-section do grau de efetividade do mínimo mostra que o grau de informalidade, o nível de renda e o nível de escolaridade parecem ser os determinantes principais da distribuição da efetividade do mínimo entre os estados brasileiros. O resultado mais interessante é a constatação de que a porcentagem de trabalhadores

sem carteira tem um efeito alto e significativo sobre a porcentagem de trabalhadores que recebem exatamente um mínimo e múltiplos do mínimo.

- Independentemente das diferenças metodológicas entre as pesquisas, o fato é que em todas elas se registram diferenciais de custo de vida superiores a 13%. O estudo que se baseia na pesquisa mais recente, a PPV, registra diferenciais de 23% quando se analisa apenas 6 regiões metropolitanas brasileiras.
- A literatura especializada sobre salário mínimo se divide em estudos que caracterizam os efeitos positivos e negativos do mínimo sobre o emprego e a renda dos trabalhadores menos qualificados. Independentemente do salário mínimo ser bom ou ruim para os trabalhadores menos qualificados, nos parece que a sua unificação em termos nacionais é prejudicial ao comportamento do mercado de trabalho brasileiro.

### Referências:

Azzoni, C., Carmo, H. e Menezes, T., "Construção de Índices de Custo de Vida Regionais: Aspectos Metodológicos e Aplicação ao Caso Brasileiro", *Anais do XX Encontro Brasileiro de Econometria*, Vitória, 1998.

Card, D., e Krueger, A., *Myth and Measurement: The New Economics of the Minimum Wage*, Princeton University Press, Princeton, 1995.

Ferreira, F., Lanjouw, P., and Neri, M., "Poverty Profile in Brazil: Using PPV, PNAD and Census Data", mimeo, World Bank, 1998.

Foguel, M., *Uma Análise dos Efeitos do Salário Mínimo sobre o Mercado de Trabalho no Brasil*, Dissertação de Mestrado, mimeo, Departamento de Economia, PUC-Rio, 1997.

Neri, M., "O Reajuste do Salário Mínimo de Maio de 1995", *Anais da Sociedade Brasileira de Econometria*, Recife, 1997.

Neri, M., "Efeitos Informais do Salário Mínimo e Pobreza", Texto para Discussão n.393 do Departamento de Economia da PUC-Rio, Dezembro de 1998.

Ramos, L. e Reis, J. "Quem Ganha um Salário Mínimo no Brasil?", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.25, n. 2, Abril de 1995.

Rocha, S., "Poverty Lines for Brazil New Estimates from Recent Empirical Evidence", IPEA, mimeo, Janeiro 1993.

**APÊNDICE A: MAPA DA EFETIVIDADE DO SALÁRIO MÍNIMO ENTRE AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO BRASILEIRAS**

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo Acre - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 13    | 8             | 8            | 27           |
| 2              | 3     | 3             | 4            | 2            |
| 3              | 1     | 2             | 3            | 1            |
| Abaixo (*)     | 13    | 1             | 50           | 27           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 2     | 0             | 1            | 3            |

(\*) do Mínimo ( R\$112,00 )

Fonte:PNAD 96

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo Alagoas - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 13    | 12            | 18           | 19           |
| 2              | 1     | 0             | 6            | 0            |
| 3              | 1     | 0             | 1            | 0            |
| Abaixo (*)     | 27    | 25            | 6            | 43           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 0     | 1             | 1            | 0            |

(\*) do Mínimo ( R\$112,00 )

Fonte:PNAD 96

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Piauí - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 10    | 13            | 27           | 13           |
| 2              | 1     | 1             | 6            | 0            |
| 3              | 0     | 1             | 1            | 0            |
| Abaixo (*)     | 46    | 28            | 2            | 62           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 3     | 1             | 8            | 2            |

(\*) do Mínimo ( R\$112,00 )

Fonte:PNAD 96

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Rio Grande do Norte - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 11    | 16            | 17           | 14           |
| 2              | 2     | 2             | 4            | 1            |
| 3              | 1     | 0             | 1            | 0            |
| Abaixo (*)     | 29    | 15            | 5            | 42           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 0     | 2             | 2            | 0            |

(\*) do Mínimo ( R\$112,00 )

Fonte:PNAD 96

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Paraíba - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 9     | 12            | 14           | 10           |
| 2              | 1     | 1             | 4            | 0            |
| 3              | 1     | 0             | 1            | 0            |
| Abaixo (*)     | 38    | 32            | 4            | 55           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 1     | 1             | 3            | 1            |

(\*) do Mínimo ( R\$112,00 )

Fonte:PNAD 96

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Rondônia - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 8     | 4             | 7            | 19           |
| 2              | 5     | 1             | 11           | 5            |
| 3              | 2     | 1             | 4            | 1            |
| Abaixo (*)     | 8     | 2             | 1            | 17           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 3     | 0             | 5            | 4            |

(\*) do Mínimo ( R\$112,00 )

Fonte:PNAD 96

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Sergipe - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 15    | 19            | 24           | 15           |
| 2              | 2     | 1             | 3            | 0            |
| 3              | 0     | 1             | 0            | 0            |
| Abaixo (*)     | 30    | 12            | 5            | 56           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 0     | 0             | 0            | 0            |

(\*) do Mínimo ( R\$112,00 )

Fonte:PNAD 96

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Roraima - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 2     | 1             | 1            | 3            |
| 2              | 0     | 0             | 0            | 2            |
| 3              | 1     | 0             | 0            | 1            |
| Abaixo (*)     | 4     | 33            | 67           | 65           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 0     | 0             | 0            | 0            |

(\*) do Mínimo ( R\$112,00 )

Fonte:PNAD 96

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Amapá - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 10    | 0             | 2            | 22           |
| 2              | 1     | 0             | 3            | 0            |
| 3              | 2     | 3             | 1            | 0            |
| Abaixo (*)     | 3     | 18            | 62           | 38           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 1     | 0             | 2            | 1            |

(\*) do Mínimo ( R\$112,00 )

Fonte:PNAD 96

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Tocantins - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 18    | 21            | 15           | 23           |
| 2              | 4     | 5             | 9            | 4            |
| 3              | 2     | 2             | 4            | 1            |
| Abaixo (*)     | 22    | 13            | 0            | 31           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 2     | 0             | 7            | 5            |

(\*) do Mínimo ( R\$112,00 )

Fonte:PNAD 96

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Ceará - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 10    | 11            | 21           | 12           |
| 2              | 2     | 1             | 7            | 1            |
| 3              | 1     | 1             | 3            | 0            |
| Abaixo (*)     | 39    | 32            | 1            | 54           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 3     | 3             | 4            | 2            |

(\*) do Mínimo ( R\$112,00 )

Fonte:PNAD 96

**Proporção de Salários Idênticos ao mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Bahia - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 13    | 16            | 22           | 15           |
| 2              | 1     | 3             | 3            | 0            |
| 3              | 1     | 1             | 1            | 1            |
| Abaixo (*)     | 31    | 15            | 3            | 54           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 1     | 2             | 2            | 1            |

(\*) do Mínimo (R\$112,00)

Fonte:PNAD 96

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Goiás - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 14    | 16            | 10           | 23           |
| 2              | 5     | 4             | 9            | 5            |
| 3              | 2     | 2             | 3            | 1            |
| Abaixo (*)     | 12    | 6             | 1            | 21           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 4     | 3             | 5            | 8            |

(\*) do Mínimo (R\$112,00)

Fonte:PNAD 96

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Rio Grande do Sul - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 7     | 3             | 7            | 17           |
| 2              | 3     | 1             | 4            | 2            |
| 3              | 1     | 1             | 2            | 1            |
| Abaixo (*)     | 11    | 2             | 2            | 25           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 1     | 1             | 1            | 5            |

(\*) do Mínimo (R\$112,00)

Fonte:PNAD 96

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Minas Gerais - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 14    | 11            | 14           | 22           |
| 2              | 4     | 2             | 7            | 3            |
| 3              | 2     | 1             | 3            | 0            |
| Abaixo (*)     | 15    | 5             | 2            | 32           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 4     | 3             | 5            | 5            |

(\*) do Mínimo ( R\$112,00 )

Fonte:PNAD 96

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Espírito Santo - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 14    | 6             | 12           | 27           |
| 2              | 3     | 1             | 5            | 2            |
| 3              | 1     | 2             | 2            | 1            |
| Abaixo (*)     | 13    | 3             | 1            | 24           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 2     | 1             | 3            | 2            |

(\*) do Mínimo ( R\$112,00 )

Fonte:PNAD 96

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Amazonas - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 8     | 11            | 5            | 20           |
| 2              | 2     | 1             | 2            | 1            |
| 3              | 1     | 1             | 1            | 1            |
| Abaixo (*)     | 7     | 1             | 2            | 16           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 0     | 0             | 0            | 1            |

(\*) do Mínimo ( R\$112,00 )

Fonte:PNAD 96

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Pará - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 11    | 18            | 14           | 17           |
| 2              | 3     | 4             | 4            | 2            |
| 3              | 1     | 1             | 2            | 1            |
| Abaixo (*)     | 21    | 6             | 2            | 34           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 2     | 2             | 3            | 3            |

(\*) do Mínimo (R\$112,00)

Fonte:PNAD 96

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Rio de Janeiro - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 8     | 6             | 8            | 19           |
| 2              | 3     | 1             | 5            | 3            |
| 3              | 1     | 0             | 1            | 1            |
| Abaixo (*)     | 6     | 2             | 1            | 13           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 1     | 1             | 3            | 2            |

(\*) do Mínimo (R\$112,00)

Fonte:PNAD 96

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
São Paulo - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 3     | 2             | 2            | 8            |
| 2              | 1     | 1             | 1            | 2            |
| 3              | 0     | 0             | 1            | 1            |
| Abaixo (*)     | 4     | 1             | 1            | 11           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 1     | 1             | 1            | 1            |

(\*) do Mínimo (R\$112,00)

Fonte:PNAD 96

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Paraná - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 6     | 7             | 5            | 13           |
| 2              | 1     | 2             | 2            | 2            |
| 3              | 1     | 0             | 1            | 1            |
| Abaixo (*)     | 13    | 3             | 2            | 29           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 1     | 0             | 1            | 2            |

(\*) do Mínimo ( R\$112,00 )

Fonte:PNAD 96

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Mato Grosso - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 11    | 9             | 6            | 20           |
| 2              | 5     | 2             | 7            | 7            |
| 3              | 2     | 3             | 4            | 2            |
| Abaixo (*)     | 11    | 3             | 2            | 18           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 2     | 1             | 5            | 5            |

(\*) do Mínimo ( R\$112,00 )

Fonte:PNAD 96

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Santa Catarina - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 5     | 2             | 3            | 14           |
| 2              | 3     | 2             | 4            | 3            |
| 3              | 1     | 0             | 2            | 1            |
| Abaixo (*)     | 7     | 3             | 1            | 18           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 2     | 1             | 2            | 3            |

(\*) do Mínimo ( R\$112,00 )

Fonte:PNAD 96

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Distrito Federal - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 6     | 2             | 4            | 15           |
| 2              | 2     | 1             | 3            | 5            |
| 3              | 1     | 1             | 0            | 0            |
| Abaixo (*)     | 4     | 1             | 1            | 12           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 1     | 1             | 1            | 3            |

(\*) do Mínimo ( R\$112,00 )

Fonte:PNAD 96

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Pernambuco - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 11    | 13            | 18           | 14           |
| 2              | 1     | 1             | 3            | 1            |
| 3              | 1     | 0             | 1            | 0            |
| Abaixo (*)     | 26    | 12            | 2            | 45           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 1     | 0             | 2            | 0            |

(\*) do Mínimo ( R\$112,00 )

Fonte:PNAD 96

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Mato Grosso do Sul - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 12    | 6             | 10           | 23           |
| 2              | 5     | 3             | 8            | 4            |
| 3              | 1     | 0             | 2            | 2            |
| Abaixo (*)     | 12    | 2             | 1            | 23           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 2     | 0             | 3            | 5            |

(\*) do Mínimo ( R\$112,00 )

Fonte:PNAD 96

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo  
Maranhão - Setembro de 96**

**Todos os Indivíduos**

| Múltiplos      | Todos | Setor Público | Com Carteira | Sem Carteira |
|----------------|-------|---------------|--------------|--------------|
| 1              | 8     | 13            | 14           | 17           |
| 2              | 1     | 1             | 3            | 1            |
| 3              | 0     | 0             | 4            | 0            |
| Abaixo (*)     | 51    | 32            | 4            | 54           |
| 0,5 ou 1,5 (*) | 0     | 2             | 3            | 2            |

(\*) do Mínimo ( R\$112,00 )

Fonte:PNAD 96

## Série Seminários

- N.01/92** - Notas Sobre Flexibilidade Dinâmica, Competitividade e Eficácia Econômica - José Tauille (IEI-UFRJ).
- N.02/92** - A Duração do Desemprego no Brasil - Wasmália Bivar (DEIND-IBGE).
- N.03/92** - A Experiência Francesa da Renda Mínima de Inserção (RMI), Michel Schiray (CNRS, CRBS-EHESS, França).
- N.04/92** - A Carteira de Trabalho no Mercado de Trabalho Metropolitano Brasileiro, Valéria Lúcia Pero (IEI-UFRJ e DIPES-IPEA).
- N.05/92** - Participação das Organizações de Pequenos Comerciantes Urbanos nas Reformas Institucionais e de Políticas em Nível Local - Três Estudos de Casos no Rio de Janeiro, João Sabóia (NEST e IEI-UFRJ) e Ricardo Mello (IEI-UFRJ e DIPES-IPEA).
- N.06/92** - A Evolução Temporal da Relação entre Salários e Educação no Brasil: 1976-1989, Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ, IUPERJ e Yale University) e Lauro Ramos (DIPES-IPEA, USU).
- N.07/92** - Desproteção: outra face da pobreza, Maria Lúcia Werneck (IEI-UFRJ).
- N.08/92** - Trabalho à Domicílio: uma contribuição para o estudo de um conceito complexo, Cristina Bruschini (Fundação Carlos Chagas).
- N.09/92** - Projeção da Demanda de Produtos Agrícolas, Ajax Reynaldo Bello Moreira (DIPES-IPEA).
- N.10/92** - Bem-Estar, Pobreza e Desigualdade no Brasil, Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ, IUPERJ e Yale University), Rosane Mendonça (DIPES-IPEA e PUC-RJ), Lauro Ramos (DIPES-IPEA e USU) e Sônia Rocha (DIPES-IPEA).
- N.11/92** - Uma Alternativa para a Reformulação da Seguridade Social, Francisco E.B.Oliveira (DIPES-IPEA e E.E./UFRJ), André Cezar Médici (ENCE-IBGE e IESP) e Kaizô I. Beltrão (ENCE-IBGE).
- N.12/92** - Efeitos Redistributivos das Políticas de Estabilização numa Economia Dual: o caso do Brasil - 1981-1988, André Urani (IEI-UFRJ e DIPES-IPEA) e Carlos D. Winograd (DELTA e Nuffield College).
- N.13/92** - Processo Técnico, Processo de Trabalho e Acumulação: uma periodização do processo de trabalho, José Ricardo Tauille (IEI-UFRJ).
- N.14/92** - Projeções de Demanda ao Ensino Básico: 1980-2010, Nelson do Valle Silva (LNCC e IUPERJ) e José Bernardo B. Figueredo (OIT).
- N.15/92** - A Pedagogia da Repetência, Sérgio Costa Ribeiro (LNCC).
- N.16/92** - Qualidade do Ensino Básico e Igualdade de Oportunidades, Rosane Mendonça (DIPES-IPEA e PUC-RJ).
- N.17/92** - Income Distribution in Brazil: longer term trends and changes in inequality since the mid-1970s, Regis Bonelli (DIPES-IPEA), Lauro Ramos (DIPES-IPEA e USU).
- N.18/92** - Espaçamento, Aleitamento Materno, Serviço de Saúde e Mortalidade na Infância na República Dominicana, Peru e Brasil, Stephen D. McCracken (CEDEPLAR-UFMG).
- N.19/92** - Insatisfacción y Conflicto como los Principales Problemas en las Relaciones Laborales en Bolivia, Fernando Andres Blanco Cossio (PUC-RJ).
- Mudança de série**
- N.01/92** - O Programa Brasileiro de Seguro-Desemprego: Diagnóstico e Sugestões para o seu Aperfeiçoamento, Beatriz Azeredo (IEI-UFRJ e CEPP) e José Paulo Chahad (FEA-USP).
- N.02/92** - An Autonomous Approach to Modernity? Ivan da Costa Marques (NCE-UFRJ).
- N.03/92** - Life and Death of Children in the Streets: a marginalized and excluded generation in Latin America Society, Irene Rizzini (USU).
- N.01/93** - Human Resources in the Adjustment Process, Edward Amadeo (PUC-RJ), Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ e Yale University), José Márcio Camargo (PUC-RJ), Rosane Mendonça (PUC-RJ e DIPES-IPEA), Valéria Lúcia Pero (IEI-UFRJ e DIPES-IPEA) e André Urani (IEI-UFRJ e DIPES-IPEA).
- N.02/93** - Nível e Distribuição de Renda: Brasil e Macrorregiões, 1979, 1985-89, Lillian Maria Miller (DEISO-IBGE).
- N.03/93** - Entrepreneurial Risk and Labour Share in Output, Renato Fragelli Cardoso (EPGE-FGV).
- N.04/93** - Inflação e Desemprego como Determinantes do Nível e da Distribuição da Renda do Trabalho no Brasil Metropolitano: 1982-92, André Urani (IEI-UFRJ e DIPES-IPEA).
- N.05/93** - Indexação e Regulamentação na Dinâmica do Mercado de Trabalho, Guilherme Tomás Málaga (FGV-SP).
- N.06/93** - Indexação e Inflação de Equilíbrio, Antônio Fiorenco (UFF).
- N.07/93** - Uma Nova Abordagem do Conflito Distributivo e a Inflação Brasileira, Jorge Saba Arbache Filho (UNB).
- N.08/93** - Em Busca das Raízes da Pobreza na América Latina, Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ e Yale University) e José Márcio Camargo (PUC-RJ).
- N.09/93** - Human Capital Investment and Poverty, Heltor Almeida (PUC-RJ) e José Márcio Camargo (PUC-RJ).
- N.10/93** - Políticas de Concorrência e Estratégias Empresariais: Um Estudo da Indústria Automobilística, Lúcia Helena Salgado (DIPES-IPEA).

- N.11/93** - Capital Humano e Custo de Ajustamento, Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ e Yale University), José Carlos Carvalho (Yale University) e Rosane Mendonça (PUC-RJ e DIPES-IPEA).
- N.12/93** - A Competitividade das Exportações Brasileiras no Período 1980/89, Armando Castelar Pinheiro (DIPES-IPEA) e Maria Helena Horta (DIPES-IPEA).
- N.13/93** - Quem Ganha o Salário Mínimo no Brasil?, Lauro Roberto Albrecht Ramos (DIPES-IPEA e USU) e José Guilherme Almeida Reis (CNI e PUC/RJ).
- N.14/93** - Medidas de Consumo de Capital Natural no Brasil, Ronaldo Serôa da Mota (DIPES-IPEA).
- N.15/93** - Relações de Trabalho, Educação e Mecanismos de Proteção Social, Carlos Medeiros (IEI-UFRJ), Cláudio Salm (IEI-UFRJ) e Maria Lucia Werneck (IEI-UFRJ).
- N.16/93** - Returns to Education in Brazil: a flexible function form estimation, José Carlos dos Reis Carvalho (PNUD/IPEA e Yale University).
- N.17/93** - The Politics of Economics in Brazil, Wilber Albert Chaffee (Saint Mary's College of California e IUPERJ).
- N.18/93** - A Flexibilidade no Mercado de Trabalho: Teoria e Experiências Internacionais, Carlos Alberto Ramos (UNB).
- N.19/93** - Avaliação do Ensino Superior no Brasil, Jean-Jacques Paul (Institut de Recherche sur L'Economie de l'Education).
- N.20/93** - Inflation Wage Indexation and the Permanent Income Hypothesis, Marcelo Neri (UFF, DIPES-IPEA e Princeton University).
- N.21/93** - The Role of Education on the Male-Female Wage Gap in Brazil: 1981-1990, Suzanne Duryea (University of Michigan).
- N.22/93** - Entre a Lógica Particular e a Eficiência Social, Edward J. Amadeo (PUC-RIO).
- N.23/93** - Geração e Reprodução da Desigualdade de Renda no Brasil, Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ, IUPERJ e Yale University) e Rosane Mendonça (PUC-RJ, DIPES-IPEA).
- N.24/93** - Asymmetric Employment Cycles and Firm Level, Gustavo Gonzaga (PUC-RJ).
- N.25/93** - Duração da Pobreza no Brasil, Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ, IUPERJ e Yale University), Rosane Mendonça (DIPES-IPEA, PUC-RJ) e Marcelo Neri (UFF, DIPES-IPEA e Princeton University).
- N.26/93** - Contrato Coletivo, Negociação Coletiva, Competitividade e Crescimento: Principais Conceitos e Quadro Comparativo, Hans Mathiew (ILDES/FES) e Achim Wachendorfer (ILDES/FES).
- N.27/93** - Brazilian Women in the Metropolitan Labour Force: A time series study across region and households status, Jorge Jatobá (PIMES-UFPE).
- N.28/93** - Distribuição Mundial de Renda no Pós-Guerra, Crescimento Econômico e Desigualdade entre Países (1950-1988), Regis Bonelli (DIPES-IPEA).
- N.29/93** - The Informal and Demographic Dynamics in Brazil: implications from the age structure, Eduardo Rios Neto (CEDEPLAR-UFMG), Lauro Ramos (DIPES-IPEA) e Simone Wajman (CEDEPLAR-UFMG).
- N.30/93** - Demanda Efetiva e Salários: uma teoria sem mercado, Victor Hugo Klagsbrunn (UFF).
- N.31/93** - Uma Matriz de Contabilidade Social para a Região Nordeste, André Urani (FEA-UFRJ e DIPES-IPEA) e Ajax Moreira (DIPES-IPEA).
- N.01/94** - Conferência sobre Regulamentação do Mercado de Trabalho, março de 1994.
- N.02/94** - As Consequências de Melhoras do Status da Mulher e da Queda de Fertilidade sobre o Desenvolvimento Infantil e a Pobreza Familiar, Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ, IUPERJ e Yale University), Rosane Mendonça (DIPES-IPEA e IEI-UFRJ) e Tatiana Velazco (PUC-RJ e DIPES-IPEA).
- N.03/94** - O Impacto do Seguro-Desemprego no Mercado de Trabalho: o Caso Brasileiro, Danielle Carusi Machado (DIPES-IPEA).
- N.04/94** - Desemprego: Aspectos Teóricos e o Caso Brasileiro, Carlos Henrique Leite Corseuil (EPGE-FGV).
- N.05/94** - Porca Miséria II - As Causas da Pobreza no Brasil, José Márcio Camargo (PUC-RJ) e Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ, IUPERJ e Yale University).
- N.06/94** - Crescimento da Produtividade e Geração de Emprego na Indústria Brasileira, Edward Amadeo (PUC-RJ) e André Villela (BNDES).
- N.08/94** - The Evolution of Welfare, Poverty and Inequality in Brazil over the Last Three Decades: 1960-1990, Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ, IUPERJ e Yale University), Rosane Mendonça (DIPES-IPEA e IEI-UFRJ).
- N.09/94** - O IDS e o Desenvolvimento Social nas Grandes Regiões e nos Estados Brasileiros, Maria Cecília Prates Rodrigues (FGV-IBRE).
- N.10/94** - Um Estudo da População de Altos Rendimentos no Brasil nos Anos Recentes, Paula de Medeiros Albuquerque (FEA-UFRJ).
- N.11/94** - Instituições Trabalhistas e a Dinâmica do Mercado de Trabalho Brasileiro.
- N.12/94** - Wage Indexation and the effects of money, Antônio Fiorêncio (DIPES-IPEA e UFF).
- N.13/94** - Is Poverty the Main Cause of Child Work in Urban Brazil?, Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ, IUPERJ e Yale University), Rosane Mendonça (DIPES-IPEA e IEI-UFRJ) e Tatiana Velazco (PUC-RJ e DIPES-IPEA).

- N.14/94** - Qualificação de Mão-de-obra e Mercado de Trabalho não Regulamentado, Reynaldo Fernandes (FIPE-USP).
- N.15/94** - On the Measurement of the Purchasing Power of Labor Income in an Inflationary Environment, Marcelo Neri (UFF, DIPES-IPEA e Princeton University).
- N.16/94** - Programmable Automation and Employment Practices in Brazilian Industry, Ruy de Quadros Carvalho (UNICAMP).
- N.17/94** - Inflation and Economic Policy Reform: Social Implications in Brazil, Edward Amadeo (PUC-RJ) e Gustavo Gonzaga (PUC-RJ).
- N.18/94** - Pobreza, Estrutura Familiar e Trabalho, Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ, IUPERJ e Yale University), Rosane Mendonça (Bolsista ANPEC-IPEA e aluna do doutorado em Economia no IEI-UFRJ) e José Márcio Camargo (PUC-RJ).
- N.19/94** - Debate sobre Programa de Garantia de Renda Mínima, Organizadores: André Urani (DIPES-IPEA e IEI-UFRJ), e Hans Mathieu (ILDES/FES).
- N.20/94** - Debate sobre Política Salarial e Distribuição de Renda, Organizadores: André Urani (DIPES-IPEA e IEI-UFRJ), e Hans Mathieu (ILDES/FES).
- N.21/94** - Participação Feminina na População Economicamente Ativa no Brasil: Elementos para Projeções de níveis e padrões, Simone Wajzman, (CEDEPLAR-UFMG) e Eduardo Rios Neto (CEDEPLAR-UFMG).
- N.22/94** - Câmaras Setoriais - Notas sobre sua Constituição, Quadro Atual e Perspectivas, Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães (DESEP-CUT).
- N.01/95** - Uma Avaliação da Qualidade do Emprego no Brasil, Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ, IUPERJ e Yale University) e Rosane Mendonça (IEI-UFRJ e DIPES-IPEA).
- N.02/95** - The Contemporary Transformations of the Japanese Wage Labor Nexus in Historical Retrospect and some International Comparisons, Robert Boyer (CEBREM/Paris).
- N.03/95** - Merenda Escolar e Desigualdade: O Caso de São Paulo, André Cezar Médici (IESP-FUNDAP e Instituto Fenand Braudel de Economia Mundial).
- N.04/95** - Regulations and Flexibility of the Labor Market in Brazil, Edward J. Amadeo (PUC-RJ).
- N.05/95** - A Administração Pública como Empregadora: Uma Avaliação da Década de 80, Mariana Ramalho (DIPES-IPEA e FEA-UFRJ) e André Urani (DIPES-IPEA e FEA-UFRJ)
- N.06/95** - Mercado de Trabalho Não-Regulamentado: Participação Relativa e Diferenciais de Salários, Reynaldo Fernandes (FIPE-USP).
- N.07/95** - Relatório sobre o Desenvolvimento Social na Sociedade Brasileira, Amélia Cohn (CEDEC-SP).
- N.09/95** - Pigou, Dalton and the principle of transfers: an experimental investigation, Yoram Amiel (Ruppert Institute) e Frank A. Cowell (The London School of Economics and Political Science).
- N.10/95** - Labor Market Institutions and Labor Market Performance, Ricardo Barros (Yale University and Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA) e Rosane Mendonça (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA).
- N.11/95** - Estruturas de Negociação Salarial e Desempenho Macroeconômico, José Carlos dos Reis Carvalho (Yale University).
- N.12/95** - Análise Estrutural do Emprego e dos Rendimentos na Indústria de Transformação de São Paulo, Márcia Helena de Lima (SENAI-SP).
- N.13/95** - Rigidezes de Práticas de Pagamento, Marcelo Neri (UFF, PNPE/IPEA e Princeton University).
- N.14/95** - A Reestruturação Industrial e a Natureza do Trabalho Capitalista, Liana Maria da Frota Carleial (Universidade Federal do Paraná).
- N.15/95** - Mudanças na Estrutura Ocupacional na Década de 80, Ana Flávia Machado (FACE/UFMG) e Mônica Viegas Andrade (FACE/UFMG).
- N.16/95** - Ambiente Econômico e Resposta Empresarial: O Ajuste da Indústria Brasileira nos Anos 90, Paulo Fernando Fleury (COPPEAD/UFRJ).
- N.17/95** - Distribuição de Renda e Pobreza nos Anos 90: Uma Análise da Situação na Região Metropolitana de São Paulo, Paulo de Martino Jannuzzi (SEADE) e Sandra Márcia Chagas Brandão (SEADE).
- N.18/95** - Terciarização e Qualidade do Emprego: Uma Análise da Região Metropolitana de São Paulo no Início dos anos 90, Valéria Pero (CIET/SENAI).
- N.19/95** - Qualificação, Tecnologia e Salário na Teoria Econômica, Victor Hugo Klagsbrunn (UFF).
- N.01/96** - A Guide to Living Standards Measurement Study Surveys and Their Data Sets, Margaret E. Grosh (World Bank) e Paul Glewwe (World Bank).
- N.02/96** - Modelos de Geração de Emprego Aplicados à Economia Brasileira - 1985/95, Sheila Najberg (BNDES) e Solange Paiva Vicira (BNDES).
- N.03/96** - O Impacto da Abertura Comercial sobre o Mercado de Trabalho Brasileiro, Ricardo Paes de Barros (IPEA), Luiz Eduardo Cruz, Miguel Foguel e Rosane Mendonça (Bolsistas do PNPE na DIPES-IPEA).
- N.04/96** - Gastos Sociais e Pobreza no Brasil, Teresa Polly Jones ( Banco Mundial)
- N.05/96** - A Desigualdade da Pobreza: Estratégias Ocupacionais e Diferenciais por Gênero, Ricardo Paes de Barros (IPEA), Rosane Mendonça (Bolsista do PNPE na DIPES-IPEA) e Ana Flávia Machado (FACE/UFMG).

- N.06/96** - Renda Mínima: uma avaliação das propostas em debate no Brasil, André Urani (FEA-UFRJ e DIPES-IPEA)
- N.07/96** - Bem-Estar, Pobreza e Desigualdade de Renda: Uma Avaliação da Evolução Histórica e das Disparidades Regionais, Ricardo Paes de Barros (IPEA), Rosane Mendonça (Bolsista do PNPE na DIPES-IPEA) e Renata Pacheco (Bolsista do PNPE na DIPES-IPEA).
- N.08/96** - Crescimento Endógeno, Distribuição de Renda e Política Fiscal: Uma Análise Cross-Section para os Estados Brasileiros, Victor Duarte Lledó (EPGE/FGV).
- N.09/96** - Desemprego Regional no Brasil: Uma Abordagem Empírica, Carlos Henrique Corseuil (PNPE/IPEA e EPGE/FGV), Gustavo Gonzaga (PUC-RJ) e João Victor Issier (EPGE/FGV).
- N.10/96** - Social Returns to Investments in School Quality in Brazil, David Lam (Department of Economics and Population Studies Center, University of Michigan) e Deborah Reed (Public Policy Institute of California).
- N.11/96** - Effects of Schooling on Fertility, Labor supply, and Investments in Children, With Evidence From Brazil, David Lam (Universidade de Michigan) e Suzanne Duryea (Universidade de Michigan).
- N.12/96** - Roads to Equality - Wealth Distribution Dynamics With Public-Private Capital Complementarity, Francisco H.G. Ferreira (The World Bank and STICERD, London School of Economics)
- N. 13/96** - El Régimen de Seguridad Social En Cuba, María Cristina Sabourin Jovel (Universidad de Havana).
- N.14/96** - A Estrutura do Desemprego no Brasil, Ricardo Barros (DIPES/IPEA), José Márcio Camargo (PUC/RJ), Rosane Mendonça (DIPES/IPEA)
- N.15/96** - O Crescimento dos Serviços no Brasil: Considerações Preliminares - Hildete Pereira de Melo, Carlos Frederico Leão Rocha, Galeno Ferraz, Ruth Helena Dweck e Alberto di Sabbato (Professores do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense).
- N.17/96** - Renda e Pobreza: os Impactos do Plano Real, Sonia Rocha (IPEA-DIPES)
- N.18/96** - Growing Apart: Inequality and Poverty Trends in Brazil in the 1980 - Growing Apart: Micro and Macroeconomic Factors behind the Brazilian Income Distribution, 1981 - 1990, Francisco H.G. Ferreira e Julie A. Litchfield (Banco Mundial)
- N.19/96** - Determinantes da Pobreza no Brasil, Ricardo Paes de Barros (IPEA-DIPES), José Márcio Camargo (PUC-RJ) e Rosane Mendonça (Bolsista do PNPE no IPEA-DIPES)
- N.20/96** - Os Determinantes da Desigualdade no Brasil, Ricardo Paes de Barros (IPEA-DIPES) e Rosane Mendonça (Bolsista do PNPE no IPEA-DIPES)
- N.21/96** - A Relação entre Educação e Salários no Brasil, Lauro Ramos (IPEA-DIPES) e Maria Lucia Vieira (Bolsista do PNPE no IPEA-DIPES)
- N.22/96** - Os Determinantes do Desempenho Educacional no Brasil, Ricardo Paes de Barros (IPEA) e Rosane Mendonça (Bolsista no IPEA-DIPES)
- N.23/96** - Determinantes da Evolução da Estrutura do Desemprego no Brasil; 1986-1995, Carlos Henrique Corseuil (PNPE/IPEA), Carla Reis (aluna IE/UFRJ e bolsista ANPEC/IPEA) e André Urani (IE/UFRJ e DIPES/IPEA).
- N.24/96** - Heterogeneidade e Desigualdade Salarial no Setor de Serviços, Mônica Viegas Andrade (Deptº de Economia UFMG).
- N.25/96** - O Impacto do Crescimento Econômico e de Reduções no Grau de Desigualdade sobre a Pobreza, Ricardo Paes de Barros (IPEA) e Rosane Mendonça (Bolsista no IPEA-DIPES).
- N.26/96** - Regulação e Padrões de Reajuste Salarial: Uma Análise Longitudinal, Marcelo Neri (UFF e PNPE/IPEA).
- N.27/96** - The Effects of Openness on Industrial Employment in Brazil, Gustavo M. Gonzaga (Deptº de Economia - PUC/Rio).
- N.28/96** - Crescimento, Desigualdade e Pobreza: O Impacto da Estabilização, Marcelo Neri (UFF e PNPE/IPEA), Claudio Considera (UFF e IPEA) e Alexandre Pinto (IPEA e ENCE).
- N.29/96** - The Economics of Compliance with Labor Legislation - a theoretical assessment with application to Brazilian data-, João Carlos Scandiuzzi (Doutorando PUC/Rio).
- N.01/97** - Quebra Estrutural da Relação entre Produção e Emprego na Indústria Brasileira, Edward J. Amadeo (PUC/RJ) e Rodrigo Reis Soares (PNPE/IPEA e PUC/RJ).
- N.02/97** - O Crescimento dos Serviços nos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul, Hildete Pereira de Melo (UFF e IPEA) e Erik Rios.(UFF e IPEA).
- N.03/97** - A Estrutura do Emprego e a Qualidade dos Postos de Trabalho no Setor de Serviços, Ricardo Barros (DIPES/IPEA) e Rosane Mendonça (UFF e DIPES/IPEA).
- N.04/97** - Jornada de Trabalho no Brasil: um estudo da década de 80, Danielle Carusi Machado (IE-UFRJ) e André Urani (IE-UFRJ e Secret. Especial do Trabalho).
- N.05/97** - Um Modelo Econométrico para o Mercado de Trabalho Brasileiro, Rodrigo Reis Soares (PNPE/IPEA e PUC/RJ).
- N.06/97** - Programas de Demissão Voluntária em Empresas Públicas - Um Modelo de Seleção Adversa, Delano Octávio Jorge Franco (PUC/RJ).
- N.07/97** - O papel dos segmentos informais na geração de trabalho e renda no Rio de Janeiro; 1981-95, Valéria Pero (Doutoranda do IE/UFRJ e pesquisadora do SENA/CIET).

- N.08/97** - Crédito Produtivo Popular no Rio de Janeiro, André Urani (Secretaria Municipal do Trabalho e UFRJ) - (Texto não disponível).
- N.09/97** - Modelo de Equilíbrio Geral para Simulação de Política de Distribuição de Renda e Crescimento no Brasil, Samir Cury (Pesquisador na FGV/SP).
- N.10/97** - O Reajuste do Salário Mínimo de Maio de 1995, Marcelo Neri (UFF e PNPE/IPEA).
- N.11/97** - El Trabajo por Cuenta Propia en Cuba, Idania C. Coelho (Universidade de Havana) e Ivana M. Sandrez (Universidade de Havana).
- N.12/97** - Evolução das Inscrições Ocupacionais na Região Metropolitana de São Paulo, 1988/96, Paulo S. de Freitas (IPEA), Paula Montagner (SEADE) et alli.
- N.13/97** - The Wage Gap Between the Public and Private Sectors in Brazil, Ricardo P. de Barros (DIPES/IPEA), Miguel N. Foguel (Bolsista do PNPE na DIPES/IPEA) e Rosane Mendonça (Profª do Departº de Economia da UFF e Bolsista do PNPE/IPEA).
- N.14/97** - O Novo Sistema de Contas Nacionais no Brasil, Cláudio Considera (Diretor de Pesquisa do IPEA). (Texto não disponível).
- N.15/97** - Medição do Desemprego em Mercado de Trabalho Heterogêneo-A Experiência da Pesquisa de Emprego e Desemprego, Sandra Márcia Chagas Brandão (SEADE).
- N.16/97** - Uma Análise da Comparabilidade entre as Principais Pesquisas Domiciliares Brasileiras Sobre Empregos e Desempregos, Ricardo Paes de Barros (DIPES/IPEA) e Rosane Mendonça (DIPES/IPEA).
- N.17/97** - Uma Análise da Estrutura do Desemprego e da Inatividade no Brasil Metropolitano, Reynaldo Fernandes (FEA/USP) e Paulo Picchetti (FEA/USP).
- N.18/97** - Emprego Organizado e Regiões nos Anos 90: Quem Perdeu Mais?, Carlos Wagner de Albuquerque Oliveira (IPEA) e Leonardo Guimarães Neto (PNPE/IPEA e UFPA).
- N.19/97** - O Setor Informal e o Desemprego na Região Metropolitana do Recife, Alexandre Rands Barros (UFPE).
- N.20/97** - Políticas Monetárias e Cambial e Desemprego, Ajax Reynaldo Bello Moreira (IPEA), Antonio Fiorencio (IBMEC) e Elcyon C. R. Lima (IPEA e USU).
- N.21/97** - Modernização Produtiva e Relações de Trabalho: Perspectivas de Políticas Públicas, Edgar Luiz Gutierrez Alves (IPEA), Fábio Veras Soares (IPEA), Brunu Marcus Ferreira Amorim (IPEA) e George Henrique de Moura Cunha (Bolsista ANPEC/PNPE).
- N.22/97** - Traços Gerais do Emprego e do Desemprego nos Anos Noventa no Brasil, Marcio Pochmann (IE e CESIT/UNICAMP).
- N.23/97** - Políticas Públicas de Emprego: Limites e Possibilidades, Beatriz Azeredo (UFRJ e BNDES).
- N.24/97** - A Política de Geração de Trabalho e Renda da Prefeitura do Rio de Janeiro, André Urani (Secretaria Municipal do Trabalho e UFRJ).
- N.25/97** - Mobilidade dos Trabalhadores Desligados da Indústria, Valéria Pero (Doutoranda do IE/UFRJ e pesquisadora do SENA/CIET).
- N.01/98** - Union and Profitability over the 1980s: Some Evidence on Union-Firm Bargaining in the U.K., Naercio Aquino Menezes-Filho (Universidade de São Paulo).
- N.02/98** - Encargos Sociais e Demanda por Trabalho no Setor Formal da Economia, Reynaldo Fernandes (Universidade de São Paulo).
- N.03/98** - Poverty, Inequality and Macroeconomic Instability, Ricardo Paes de Barros (DIPES - IPEA), Carlos Henrique Corseuil (DIPES - IPEA) e Rosane Mendonça (UFF and DIPES - IPEA).
- N.04/98** - Ganhos de Produtividade e Competitividade da Produção Manufatureira no Brasil, Regis Bonelli (DIPES - IPEA) e Renato Fonseca (CNI).
- N.05/98** - Educação e Crescimento Econômico no Brasil: Evidências Empíricas para os Estados Brasileiros - 1970/1995, Mônica Viegas Andrade (Doutoranda EPGE/FGV - FACE/UFMG).
- N.06/98** - O Serviço Doméstico Remunerado no Brasil: de Criadas a Trabalhadoras, Hildete Pereira de Melo (IPEA / UFF).
- N.07/98** - Oferta de Trabalho das Mulheres Cônjuges nas Regiões Metropolitanas do Brasil, Alexandre Sioli Fernandes (IPEA/PNPE).
- N.08/98** - Estimating Income Mobility in Colombia Using Maximum Entropy Econometrics, Samuel Morley (CEPAL), Sherman Robinson (Trade and Macroeconomics Division - IFPRI) e Rebecca Harris (Trade and Macroeconomics Division - IFPRI).
- N.09/98** - Aspectos Dinâmicos do Desemprego e da Posição na Ocupação. Marcelo Neri (DIPES/IPES e UFF), Danilo Coelho (DIPOS/IPEA e Mestrando da UFF), Milene Ancora (Estagiária no DIPES/IPEA e aluna da UFF) e Alexandre Pinto (Assistente de Pesquisa no DIPES/IPEA e aluno da ENCE).
- N.10/98** - Brazilian Federal Universities: Relative Efficiency Evaluation and Data Envelopment Analysis, Alexandre Marinho (DIPES/IPEA), Marcelo Resende (UFRJ) e Luis Otávio Façanha (UFRJ).
- N.11/98** - Abertura Comercial: Criando ou Exportando Exportando Empregos?, Maurício Mesquita Moreira (DEPEC/BNDES) e Sheila Najberg (DEPEC/BNDES).
- N.12/98** - Benefit Incidence and the Timing of Program Capture. Peter Lanjouw (World Bank) and Martin Ravallion (World Bank).
- N. 13/98** - Segregação Ocupacional por Sexo no Brasil, Ana Maria Hermeto (CEDEPLAR).

- N. 14/98** - What Causes Violent Crime? Pablo Fajnzylber (World Bank), Daniel Lederman (World Bank) and Norman Loayza (World Bank).
- N. 15/98** - "Schooling Inequality and Income Inequality in South Africa and Brazil", David Lam (Professor of Economics and Director, Population Studies Center - University of Michigan).
- N. 16/98** - A Existência e a Direção de Causalidade entre o Rendimento dos Trabalhadores Não Qualificados por Posição na Ocupação e o Salário Mínimo entre 1982 e 1995 - Uma Análise Empírica, Fábio Veras Soares (Mestrando IPE/USP e DIPOS/IPEA).
- N. 17/98** - Demanda Dinâmica por Emprego e Horas: Uma Aplicação do Modelo Linear-Quadrático, Rodrigo Pereira (Mestrando PUC/RJ e CGFP/IPEA) e Gustavo Gonzaga (PUC/RJ).
- N. 18/98** - Economic Transition and the Distributions of Income and Wealth, Francisco H. G. Ferreira (The World Bank).
- N. 19/98** - Gastos Sociais das Três Esferas de Governo - 1995 (Grupo de Levantamento e Acompanhamento do Gasto Social).
- N. 20/98** - Pesquisa Socioeconômica das Comunidades de Baixa Renda no Município do Rio de Janeiro (José Matias de Lima - ENCE/IBGE).
- N. 21/98** - O Projeto de Modernização das Estatísticas Econômicas e as Características do Sub-sistema de Indústria (Wasmália Bivar - IBGE).
- N. 22/98** - "Labor Markets and Economic Growth" - Robert Topel (University of Chicago).
- N. 23/98** - Desenvolvimento Infantil e Ambiente Familiar: Uma Avaliação do Grau de Desigualdade de Oportunidades - Carlos Henrique Corseuil (IPEA).
- N. 24/98** - Efficiency, Equity and Sectorial Restructuring of Public Social Spending - Carlos Eduardo Vélez-Echevarría - Banco de República (Central Bank), Colombia.
- N.25/98** - Nature and Dynamics of Micro-Entrepreneurial Activities: Employment Generation and Poverty Alleviation Policies - Marcelo Neri ( IPEA).
- N. 26/98** - Critical Unemployment Issues in Brazil and Lessons from International Experience - Indermit Gill (World Bank) - Marcelo Neri (DIPES/IPEA) - Ajax Moreira (DIPES/IPEA) - Amit Dar (World Bank).
- N.01/99** - Uma Explicação Teórica Sobre o Impacto do Processo de Convergência de Salários Mínimos Regionais Sobre o Mercado de Trabalho Brasileiro - Danilo Santa Cruz Coelho (IPEA).
- N.02/99** - A Relação entre o Tamanho das Empresas e a Criação e Destruição de Postos de Trabalho na Indústria Brasileira - Elaine Toldo Pazello (Mestranda da PUC e assistente de pesquisa do IBGE).
- N.03/99** - Impacto Sobre a Renda Per Capita de Longo Prazo dos Sistemas Previdenciários de Repartição\* - Samuel de Abreu Pessoa (EPGE/FGV).
- N.04/99** - Sistema Privado de Seguro-Saúde: Lições do Caso Americano - Mônica Viegas (EPGE-FGV e UFMG) e Marcos de Barros Lisboa (EPGE-FGV).
- N.05/99** - How Do Economic Reforms Affect the Structure of Wages? The Case of Brazilian Manufacturing, 1984 - 1996 - Jorge Saba Arbach (University of Brasília, Brazil).
- N.06/99** - Efeitos Informais do Salário Mínimo e Pobreza - Marcelo Neri (IPEA) - Gustavo Gonzaga (PUC-RIO) - José Márcio Camargo (PUC-RIO).
- N.07/99** - Distribuição Regional da Efetividade do Salário Mínimo no Brasil - Marcelo Neri (IPEA) - Gustavo Gonzaga (PUC-RIO) - José Márcio Camargo (PUC-RIO).